

## SUMÁRIO

PREÂMBULO .....	2
DO CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DE (S) PROPOSTA (S) E HABILITAÇÃO .....	2
DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA .....	2
CONSULTA E ESCLARECIMENTO (S) .....	2
DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS .....	2
SEÇÃO I - DO OBJETO.....	3
SEÇÃO II – DA JUSTIFICATIVA .....	3
SEÇÃO III – METODOLOGIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	3
SEÇÃO IV – CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO.....	5
SEÇÃO V – DA VINCULAÇÃO .....	6
SEÇÃO VI – DO CREDENCIAMENTO – EXCLUSIVO POR MEIO ELETRÔNICO .....	6
SEÇÃO VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO .....	8
SEÇÃO VIII – DO PROCEDIMENTO. ....	14
SEÇÃO IX – DO CRITÉRIO DE ESCOLHA.....	15
SEÇÃO X – DO (S) RECURSO (S) .....	16
SEÇÃO XI- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	16
SEÇÃO XII – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO.....	17
SEÇÃO XIII – DA PUBLICIDADE DO (S) CONTRATO (S).....	17
SEÇÃO XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA .....	18
SEÇÃO XV – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE .....	18
SEÇÃO XVI – DO DESCREDENCIAMENTO .....	19
SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO .....	19
SEÇÃO XVIII – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	20
SEÇÃO XIX – DA SUBCONTRATAÇÃO .....	20
SEÇÃO XX – DA VIGÊNCIA.....	20
SEÇÃO XXI – DO REAJUST. E DA MANUT. DO EQUIL. ECON.-FINANC.....	21
SEÇÃO XXII – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO .....	21
SEÇÃO XXIII – DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS.....	22
SEÇÃO XXIV – DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS.....	22
SEÇÃO XXV – DA (S) NULIDADE (S).....	26
SEÇÃO XXVI – DA EXTINÇÃO E RECISÃO DE CONTRATO .....	26
SEÇÃO XXVII – DOS CASOS OMISSOS.....	27
SEÇÃO XXXVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	27
SEÇÃO XIX – DO FORO .....	29
ANEXO I - ETP .....	30
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA .....	39
ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA .....	48
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL .....	49
ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	50

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005 /2024

CREDENCIAMENTO Nº. 001 /2024

INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2024

VIGÊNCIA: 13/03/2024 À 12/03/2025

**PROCESSO EXCLUSIVO PARA ATENDIMENTOS NA CIDADE DE MURIAÉ/MG**

**PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, EM COMPLEMENTO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

### PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar **CREDENCIAMENTO** de pessoa (s) jurídica (s) prestadora (s) de serviço (s) de saúde, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, em atendimento aos usuários dos entes consorciados, com fundamento da Lei nº. 11.107/05, de 6/4/2005, Lei nº. 13.709/18, Lei nº 8.080/90, Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, Portaria nº 2.567 de 25/11/2016, expedida pelo Ministério da Saúde, no que couber a LC nº 123 de 14/07/00, e LC 147, de 07/08/14, e mediante as condições mínimas estabelecidas neste edital e seus anexos.

### DO CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

A sessão de processamento deste Credenciamento será **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, Marco Antonio da Silva e Equipe de Apoio, designados pela **PORTARIA Nº. 001/2024**, de 16/01/2024.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 8:00 hs** do dia **13/03/24** até as **8:00 hs** do dia **12/03/2025**

**LINK ENVIO DE PROPOSTA: <https://licitardigital.tawk.help/category/fornecedor>**

### DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

O Edital Publicado na **ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS – AMM**, no quadro de Avisos do Consórcio, nos termos da **Resolução nº. 001/2010**, no site oficial do Consórcio **CISVERDE** - <http://www.cisverde.mg.gov.br>, pela Plataforma de Licitações **LICITAR DIGITAL** - [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), no Diário Eletrônico do MPAC e no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021, considerando a implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

### CONSULTA E ESCLARECIMENTO (S)

Este Edital estará à disposição, podendo ser acessado pelos interessados, pela Plataforma de Licitações **Licitar Digital** - <https://licitar.digital/>, pelo site Oficial do Consórcio - [cisverde.mg.gov.br](http://cisverde.mg.gov.br). Informações pelo suporte ao fornecedor da Plataforma de licitações Licitar Digital - [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), e/ou pelo **CISVERDE**: pelo telefone: (032) 3741-3313 e/ou pelo e-mail: [cisverdelicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdelicitacao@yahoo.com).

### DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

**BASE TERRITORIAL DO CONSÓRCIO: 19 (dezenove) municípios** subscritores do Protocolo de Intenções, documento de Constituição: **Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Caputira, Carangola, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Fervedouro, Manhauçu, Manhumirim, Matipó, Orizânia, Pedra Bonita, Pedra Dourada, Santa Margarida e Tombos.**

Carangola, 8 de março de 2024.

Marco Antônio da Silva

Agente de Contratação - Portaria nº 001, de 16/01/2024

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CISVERDE

## SEÇÃO I – DO OBJETO

1. Edital de credenciamento eletrônico de Pessoas Jurídicas Prestadores de Serviços na Área da Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.
  - a) Prestação de serviços em consultório próprio do Credenciado na cidade de Muriaé/MG, observados os termos elencados no Anexo I – Termo de Referência e demais anexos do Edital.
  - b) Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.
  - c) As empresas interessadas deverão estar situadas na cidade **de Muriaé/MG**, justificando esta limitação na dificuldade de transporte e locomoção dos usuários para outros municípios mais distantes, sendo certo que o limite ora estipulado abrangendo uma territorialidade que permite a participação de inúmeras interessadas, facilitando o deslocamento dos pacientes dos municípios consorciados.

## SEÇÃO II – DA JUSTIFICATIVA

2. O objeto deste chamamento público, refere-se à prestação de serviços que se enquadra em hipótese em que a competição, assim como um processo licitatório é inviável, o que se está amparado pelo art. 79, em especial no inciso IV, deste dispositivo da Lei n. 14.133/2021.
3. A utilização do credenciamento, justifica-se ainda por dar condições de credenciar todos aqueles interessados em contratar com a administração pública, desde que cumpridos os requisitos previstos neste edital de chamamento público. Não havendo que se falar em competição, visto que não há exclusão entre os concorrentes, nem diferenciação de preços, uma vez que os preços advêm da administração pública, na forma do artigo 79, inciso I e II da Lei nº. 14.133/2021.
  - a) Com relação a escolha do prestador de serviços, ficará a cargo dos próprios usuários por intermédio das secretarias de saúde de cada ente consorciado, enquanto beneficiários diretos da prestação, e não da administração do consórcio.
  - b) Neste contexto, caberá, apenas ao consórcio credenciar aqueles que atendam aos critérios fixados neste edital de chamamento público.

### Subseção II.1 – DA FINALIDADE

4. Atendimento complementar a demanda de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – SUS**, dos **MUNICÍPIOS CONSORCIADOS** da base territorial do consórcio **CISVERDE** compreendendo a soma dos territórios dos **19 (dezenove) municípios** subscritores do Protocolo de Intenções, documento de Constituição do Consórcio **CISVERDE**.

## SEÇÃO III – METODOLOGIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5. **A Contratada deverá comunicar à direção do CISVERDE, com 20 (vinte) dias de antecedência, qualquer alteração que houver, para o atendimento do mês seguinte.**
6. As quantidades serão requisitadas pelas Secretarias Municipais de Saúde - SMS, à contratação será realizada de forma fragmentada, conforme a necessidade e o interesse do Setor e da disponibilidade de armazenamento.

7. A (s) guia (s) de atendimento (s) pelo setor solicitante, serão remetidas a credenciada por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da **CREDENCIADA**.
8. Em relação ao atendimento ao público será tanto nas instalações da **CREDENCIANTE**, quanto em sua Sede, ou ainda em instalações devidamente qualificadas da **CREDENCIADA**, sendo necessária a guia de atendimento encaminhada pelo Município requisitante e ratificada pelo Consórcio, **em dia e horário indicado previamente pelo profissional, que fornecerá todo o material necessário à execução dos serviços**. Destarte, que é dever da **CREDENCIADA EXIGIR** dos **BENEFICIÁRIOS** a apresentação da Guia de Encaminhamento do **CISVERDE**, sendo que, na falta deste, a consulta somente poderá ser realizada através de outro prévio consentimento formal do **CISVERDE**.
9. A demanda dos procedimentos será distribuída, conforme solicitações dos municípios Consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.
10. Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas pelo **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências: a) Dedução de crédito da **CREDENCIADA**; b) Execução da garantia prestada; c) Medida judicial apropriada.
11. São atribuições a serem cumpridas pelo Credenciado:
  - a) Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro de conceitos de ética profissional e dos padrões e normas relativas à especialidade, procedimento ou serviço para qual está sendo credenciado.
  - b) Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro das normas operacionais instituídas e demais normativos do Consórcio, incluindo a possibilidade de implantação de inovações tecnológicas que venham a facilitar o processo, o controle do atendimento aos beneficiários do Sistema e a cobrança dos serviços prestados, tal como conectividade via internet, biometria e outros.
  - c) Quanto ao atendimento a usuários do **CISVERDE** nas clínicas, hospitais e consultórios, deverá atender em ambiente físico adequado à prestação dos serviços, nos aspectos de iluminação, nível de privacidade, vedação acústica, limpeza e ordem, e espaço apropriado para o atendimento proposto em consonância com a linha de qualidade adotada e exigida pelo Consórcio.
12. Observado as especificações estabelecidas no Termo de Referência Anexo II deste Edital.

## **Subseção III.2 - DO ATENDIMENTO NAS INSTALAÇÕES DO CREDENCIADO**

13. O atendimento ao beneficiário nas instalações do **CREDENCIADO** sede ou filial, será devidamente encaminhado pelo **CISVERDE** considerando o valor máximo estipulado no anexo II, para do procedimento, combinado com a Carta-Proposta apresentada, em dia e horário indicado previamente pelo profissional, sendo de responsabilidade da **CREDENCIADA** todo o material necessário à execução dos serviços credenciados, devendo a **CREDENCIADA EXIGIR** dos **BENEFICIÁRIOS** a apresentação da Guia de Encaminhamento do **CISVERDE**.
  - a) Na falta do encaminhamento, a consulta somente poderá ser realizada através de outro prévio consentimento formal do **CISVERDE**.
  - b) O aceite da guia se dará quando a mesma não estiver com rasuras bem como entrelinhas.

- c) A demanda dos procedimentos será distribuída entre os **CREDENCIADOS**, conforme solicitações das secretarias de saúde dos municípios consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.
- d) Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências:
- I. Dedução de crédito da **CONTRATADA**;
  - II. Execução da garantia prestada;
  - III. Media judicial apropriada.
14. O **CONTRATADO** deverá atender os pacientes encaminhados pelo **CONTRATANTE**, oferecendo-lhes atendimentos de contratação de pessoas jurídicas prestadores do referido objeto para atendimento da população dos municípios consorciados, conforme anexo constante do edital e do presente contrato;
15. Os serviços especificados nos anexos deverão ser executados preferencialmente pelo credenciado em sede própria do **CONTRATADO**. A eventual mudança de endereço do prestador de serviços, ou outras alterações a qualquer título, deverão ser imediatamente comunicadas ao **CONTRATANTE**, que analisará a conveniência de manter os serviços contratados, podendo para isso rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.
16. Os atendimentos deverão ser realizados mediante apresentação da Guia de Encaminhamento do **CONTRATANTE**, expedida individualmente pelos Secretários Municipais de Saúde do Município Consorciado, juntamente com o pedido médico.
17. O **CONTRATADO** reconhece por este instrumento que é responsável pelos danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer o **CONTRATANTE**, coisa, propriedade ou terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do contrato, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento exercidos pelo **CONTRATANTE**.
18. Na falta do encaminhamento, a consulta somente poderá ser realizada através de outro prévio consentimento formal do **órgão**.
- e) A demanda dos procedimentos será distribuída entre os **CREDENCIADOS**, conforme solicitações das secretarias de saúde dos municípios consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.

## SEÇÃO IV - CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

19. A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital;
2. Poderão participar deste Credenciamento as pessoas **JURÍDICAS** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto em referência, devendo **credenciar-se previamente** pelo sítio da Plataforma de Licitações **Licitar Digital** - [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), e atenderem a todas as condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.



3. A participação no presente credenciamento se dará mediante apresentação de proposta por prestadores atuantes nas áreas requisitas pelo consórcio e que não se enquadrem em situações legais ou impeditivas por sanção de contratar com o Poder Público.
4. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
5. A credenciada será responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Credenciamento Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
6. A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que as aquisições de pequenos vultos não se tornam interessante à participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnicas e econômico-financeiras, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

## **Subseção IV.1 - NÃO SERÁ ADMITIDA NESTE CREDENCIAMENTO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS**

7. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e/ou de licitar e impedida e/ou proibida de contratar com o Poder Público (Razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e/ou art. 12 da Lei n.º 8.429/1992), durante o prazo da sanção aplicada, assim como, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, ou ainda, quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/21;
8. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
9. Que possua, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

## **SEÇÃO V – DA VINCULAÇÃO**

10. Nos Termos da Lei 14.133/2021, fica ratificada a vinculação dos licitantes ao presente Edital, compreendendo não apenas as suas disposições textuais, mas também os anexos, onde são incluídas especificações técnicas, critérios de julgamento e demais informações relevantes para a participação no certame assim, como a devida execução do objeto licitado. Outrossim, vinculam-se a este Edital, independente de transcrição:

ANEXO I	ETP
ANEXO II	Termo de Referência - TR
ANEXO III	Declaração UNIFICADA
ANEXO IV	Modelo de Carta Proposta
ANEXO V	Mínuta de Contrato

## SEÇÃO VI – DO CREDENCIAMENTO (EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO)

11. O Credenciamento da (s) proposta (s) concomitante, com os documentos de habilitação **INICIAR-SE-Á A PARTIR das 8:00 do dia 13/03/2024**, até às **8:00 do dia 12/03/2025**. O prazo então assinalado será automaticamente revisto na hipótese de nova convocação.
12. O Credenciamento Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação).
13. A licitante deverá credenciar-se **EXCLUSIVAMENTE** pelo sistema “Credenciamento Eletrônico”, no sítio **[www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)**, para acesso ao sistema eletrônico observado o seguinte:
  - a) O credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, observado que a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
  - b) O licitante encaminhará, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitante com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
14. A **CARTA PROPOSTA** deverá ser apresentada conforme modelo **ANEXO IV**, ou em modelo próprio, **DESDE QUE CONTENHA TODAS AS INFORMAÇÕES ALI PREVISTAS**, com identificação do processo licitatório, o objeto licitado, a empresa proponente, número do CNPJ, endereço, números de telefone e fac-símile, e-mail e assinatura do seu representante legal ou credenciado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo ao Consórcio ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo;
15. Concomitante com a Carta Proposta deverá também encaminhar via sistema os documentos exigidos para a **HABILITAÇÃO**;
16. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
  - c) **O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Credenciamento.**
17. A habilitação do licitante ou de seu representante legal junto ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao **CREDENCIAMENTO** em tela.
18. Todas as pessoas jurídicas que forem declaradas aptas ao credenciamento serão **CREDENCIADAS** pelo Consórcio **CISVERDE**, por meio de procedimento de Inexigibilidade de Licitação, sem qualquer tipo de competição, sendo a remuneração pelos serviços definidas de forma idêntica a todas através dos valores que não excedam aos valores estipulados neste Edital, e seus anexos.
19. O Consórcio não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local diverso da Comissão Permanente de Licitação e que, por isso, não chegue na data e horário previstos neste Edital.

20. O Agente de Contratação conjuntamente com a equipe de Apoio, verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
21. O valor deverá ser proposto considerando-se a execução do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer despesas relativas à mão-de-obra, encargos previdenciários e trabalhistas, seguros, fretes, tributos e outras despesas, além do lucro.
22. O Agente de Contratação, no interesse do Consórcio, poderá adotar medidas saneadoras para julgamento dos documentos da proposta, desconsiderando evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo e revelando omissões puramente formais observadas na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
23. Não serão aceitas reivindicações das proponentes, pleiteando qualquer adicional de preço por falta ou omissão que porventura vierem a ser verificadas em sua proposta, ou pedido de desconsideração por razões semelhantes ou quaisquer outros acréscimos, supressões ou retificações, salvo por motivo superveniente devidamente comprovado e aceito pelo (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitações.
24. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## VII - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

(Capítulo VI, artigos 62 e seguintes e artigo 70, inciso, I, II, III, ambos da L. N. 14.133/2021)

20. Como condição de habilitação os licitantes deverão apresentar a documentação solicitada neste edital, nos termos do art. 65, da Lei nº. 14.133/2021, **EXCLUSIVAMENTE** pela Plataforma de Licitações da Licitar Digital: [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
21. A documentação referida neste Capítulo poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração, podendo ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei de Licitações nº 14.133, de 01/04/2021.
22. **Serão desclassificadas as empresas interessadas que não atenderem às exigências deste Edital ou contiverem irregularidades insanáveis.**
23. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
24. SICAF;
25. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));
26. Registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no link <https://certidoes.cgu.gov.br/> em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;



27. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
28. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
29. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

## Subseção VII.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA (Arts. 62, inciso I e 66<sup>1</sup> da Lei nº. 14.133/2021)

30. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de **empresário individual**<sup>2</sup>;
31. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMA ALTERAÇÃO (SE HOUVER) EM VIGOR**, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de **sociedades comerciais**, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seu (s) administrador (es), e alterações ou da consolidação respectiva;
32. **COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de **sociedade civil**, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
33. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO** em se tratando de empresa ou **sociedade estrangeira** em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
34. Os documentos exigidos para os itens acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, concomitante com cópia de documento de identificação – **RG, CPF OU CNH DO (S) SÓCIO (S) ADMINISTRADOR (ES)** da empresa.

## Subseção VII.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Arts. 62, inciso III e 68, da Lei nº. 14.133/2021)

35. Comprovante de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**, do Ministério da Fazenda, que poderá servir para fins de comprovação do enquadramento como ME, EPP;
36. Comprovante de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, **se houver**, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
37. Prova de **Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme Portarias MF 358 e 443/2014, **incluindo**

<sup>1</sup> Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

<sup>2</sup> A aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), com cópia de documento com foto - **RG ou HABILITAÇÃO** do proprietário/Administrador;

a **negativa previdenciária** (Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, conjugada com a CNDF);

38. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede da licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente;
39. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Pública Estadual**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
40. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal;
41. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**<sup>3</sup>.

### Subseção VII.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

(Arts. 62, inciso IV e 69, da Lei 14.133/2021 c/c o art. 37, inciso XXI da CRFB/88 e INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GDG N. 30 DE 09 /12/2022.)

42. **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, na forma da Lei nº 11.101, de 9.2.2005 e inciso II, do art. 69, da Lei nº. 14.133/2021, emitida **até 90 (noventa) dias antes a abertura da licitação**, deverá ser expedida pelo distribuidor da sede do domicílio da licitante.
  - a) Porém a certidão positiva não implica a imediata inabilitação, cabendo ao Consórcio realizar diligências para avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira, mediante, inclusive, a apresentação do plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

### Subseção VII.4.1 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/HABILITAÇÃO TÉCNICA

(Arts. 62, inciso I, e 67, ambos da Lei nº. 14.133/2021)

43. **ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** (vigente) emitido pelo órgão técnico competente da sede da licitante;
  - a) Se o licitante for a **MATRIZ**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
  - b) Se o licitante for **FILIAL**, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
  - c) Se o licitante for **MATRIZ** e o **EXECUTOR** do contrato for **FILIAL**, deverão ser apresentados tanto os documentos da **MATRIZ** quanto os da **FILIAL**.
44. **ALVARÁ EXPEDIDO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da proponente;
  - a) Estando o **ALVARÁ SANITÁRIO** (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) vencido, será aceito protocolo ou declaração de revalidação juntamente com a cópia de Licença Sanitária vencida, desde que o protocolo seja feito no prazo estabelecido pela vigilância.

<sup>3</sup> Podendo ser retirada no site TST.

45. Cópia do **CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE –CNES**, do Estabelecimento, nos termos da Portaria nº 134, de 04 de abril de 2011, sob pena de inabilitação os termos da Portaria nº 134, de 04 de abril de 2011, sob pena de inabilitação;
46. O (s) profissional (is) deverá (ão) ser indicado (s) como responsável (is) técnico (s) da participante e sua substituição só será possível por profissional igualmente qualificado, mediante a expressa aprovação da fiscalização;
- b) Indicação que contenha o nome do responsável técnico e dos profissionais que realizarão os atendimentos (ANEXO I), com as suas especialidades e carteira de registro profissional no Conselho;
- a) A comprovação referida deverá ser feita através de cópias autenticadas do **Contrato de Trabalho, das anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social**, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e do Decreto nº 61.7999/67;
- b) A participante poderá, também, **apresentar as Fichas de Registro de Empregados** através do sistema informatizado, nos termos da Portaria nº 3626, de 13/11/91 do Ministério do Trabalho e da Portaria nº 1.121, de 09/11/95 do Ministério do Trabalho, retificada no D.O.U de 13/11/95. No caso de sócios, a participante deverá apresentar cópia autenticada do contrato social;
- c) Poderá, ainda, comprovar o vínculo profissional através da apresentação do **Contrato de Prestação de Serviços firmado com o profissional** detentor da Certidão de Acervo Técnico (CAT) usada para a Comprovação de capacitação técnico-profissional.
- d) A relação de profissionais, planilha de disponibilidade, procuração, poderão ser preenchidas, convertidas em PDF e assinadas eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001 e após anexadas nos campos específicos para credenciamento (sem a necessidade de impressão e assinatura física do documento); ou poderão ser preenchidas, impressas, assinadas fisicamente, digitalizadas em PDF.
- e) Não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar quaisquer desses documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital de Credenciamento, resguardada a hipótese do participante que se declarar micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação, para regularização da documentação.
47. **CERTIDÃO OU ATESTADO**, de registro da preponente emitido pelo conselho profissional competente, Conselho Regional de Medicina - CRM, da circunscrição da sede da empresa proponente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma da Lei nº. 14.133/2021;

## Subseção VII.4.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

(Arts. 67, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021)

48. **CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA** do responsável pelo estabelecimento, emitido pelo Conselho Regional competente.
49. Cópia do **CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE –CNES**, do profissional, nos termos da Portaria nº 134, de 04 de abril de 2011, sob pena de inabilitação os termos da Portaria nº 134, de 04 de abril de 2011, sob pena de inabilitação;

50. No caso dos médicos especialistas, o profissional deverá apresentar o **CERTIFICADO DE REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE - RQE** - devidamente regularizado perante o Conselho Regional de Medicina da jurisdição em que atua.
- a) Comprovação que o profissional médico que efetivamente irá prestar os serviços possua especialização (residência ou pós graduação) **NA ESPECIALIDADE CREDENCIADA**;
51. **Registro do (s) profissional (is) de saúde junto ao Conselho Regional competente (CRM e afins).**
52. **Indicação do responsável (eis) técnico (s) da empresa**, acompanhada de cópia da sua Carteira de Identidade Profissional expedida pelo Conselho Regional de sua Especialidade;
- a) Cópia do (s) título (s) obtido (s) em virtude de residência médica e especialização na área do credenciamento, sendo admitidos como tal os documentos previstos no art. 2º da Deliberação CIBE nº. 121, publicada em 29/03/96. <sup>4</sup>
53. **Documentos Pessoais** do (s) profissional (ais) - RG e CPF;
54. Comprovação do **vínculo entre a empresa e o responsável técnico**;

## VII.5 - DO TRATAMENTO DIFERENCIADO AS “MEs” E “EPPs E EQUIPARADAS”

Arts. 42 à 49 da LC nº. 123, de 14/12/2006

55. As licitantes, para o **enquadramento como Microempresa (ME) ou empresa de Pequeno Porte (EPP)**, objetivando a aplicação da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 deverá (ão) apresentar declaração devidamente assinada pelo seu representante legal de que é ME ou EPP, nos termos dos incisos I e II do art. 3º, bem como de que não possuem nenhum dos impedimentos constantes do § 4º, do art. 3º, da LC 123 (**Anexo III – DECL. UNIFICADA**).
56. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2.006, o Agente de Contratação poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.<sup>5</sup>
57. As Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que forem elegíveis aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, **DEVERÃO ENTREGAR, INDEPENDENTE DOS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA HABILITAÇÃO**: a) Quando optante pelo **SIMPLES NACIONAL**: comprovação da opção

<sup>4</sup> Art.2º - São consideradas comprovações, além da habilitação profissional do médico, qualquer um dos seguintes elementos:

- I – Título de Especialista devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina;
- II – Comprovante de aprovação no exame específico da sociedade da especialidade pretendida;
- III– Certificado de conclusão de Residência Médica ou Curso de Especialização com um mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas de duração;
- IV– Atestado de aprovação em concurso público na especialidade pretendida;
- V– Um dos documentos da relação abaixo de comprovação de exercício da especialidade nos últimos 05 (cinco) anos, referendado pelo Gestor Municipal:
  - Vvínculo empregatício;
  - Cadastro no SUS;
  - Declaração da Associação Médica.

<sup>5</sup> Portal da Transferência do Governo Federal, Seção “Despesas Diretas do Governo – Favorecido (pessoa Físicas, em presas e outros).

pelo **SIMPLES** obtido no site da Secretaria da Receita Federal, b) **CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, em caso de **ME – EPP e MEI**, vigente e c) **No caso de SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA À ME OU EPP**, deverá comprovar de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

58. A não apresentação implica na **RENÚNCIA** ao direito de aplicação da Lei Complementar.
59. A microempresa – ME e empresa de pequeno porte – EPP, definidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; **DEVERÁ APRESENTAR** toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal**, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº. 123/2006.
- a) Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, e apresentado a certidão do item 31, **será assegurada o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento** em que a **ME ou EPP** for declarada habilitada no certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão, para regularização da Documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- b) A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido ao Setor de Licitações.
- c) **A não regularização da documentação**, no prazo previsto neste item, **implicará na inabilitação da ME ou EPP**.
60. Sociedade **cooperativa equiparada à ME ou EPP** por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

## Subseção VII.6 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (MODELO ANEXO III)

61. **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, declarando que:
- a) Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- b) Atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- d) Que cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;
- e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.



- f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- g) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- h) Que não possuem, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- i) Que para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- a) O Agente de Contratação poderá solicitar **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES** para a vencedora do item, com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do licitante. A solicitação de documentação deverá ser atendida em até 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema, sob pena de desclassificação da empresa naquele item.
- b) É faculta ao Agente de contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
25. A licitante deverá credenciar-se **EXCLUSIVAMENTE** pelo sistema de “**Credenciamento Eletrônico**”, no site: [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), mediante condições de segurança (criptografia e autenticação), em todas as suas fases, observado o seguinte:
- d) O credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, observado que a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- e) O licitante encaminhará, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitante com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- f) **O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Credenciamento Eletrônico.**
26. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Credenciamento Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
27. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

## SEÇÃO VIII – DO PROCEDIMENTO

28. A abertura da sessão pública deste Credenciamento Eletrônico, será conduzida pelo **Agente de Contratação**, e ocorrerá dentro do período indicado no preâmbulo deste Edital para a realização de inscrições, que será por sítio [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), sendo a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá **EXCLUSIVAMENTE** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico dos atos referentes ao Credenciamento Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
29. Será aberta uma seção para análise de novos credenciamentos sempre que houverem proponentes interessados e devidamente cadastrados na Plataforma da Licitardigital.
30. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
31. O Agente de Contratação e Equipe de apoio, em dias úteis durante a vigência do presente Credenciamento, analisará todos os pedidos de **CREDENCIAMENTO** realizados exclusivamente via sistema, observados as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
32. Aberto o sistema para o Credenciamento via Plataforma Licitardigital e de posse da Proposta e documentos de habilitação, certificando-se que estes estão de acordo com as exigências editalícias, será dado prosseguimento ao **CREDENCIAMENTO**. Havendo qualquer ponto conflitante e/ou divergente em qualquer momento a credenciante será comunicada.
33. Ocorrendo inabilitação de qualquer interessado, aguardar-se-á o prazo de recurso, **SALVO** se houver manifestações expressa de desistência de recorrer. Fato outro, não havendo manifestação e vontade, finalizar-se-á o procedimento com a proclamação da empresa como habilitada e credenciada ou inabilitada podendo para tanto solicitar nova análise com novo pedido de credenciamento.
34. Os interessados serão cadastrados por especialidade, segundo elementos constantes na documentação relacionada no presente instrumento;
35. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o cadastramento do interessado que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas neste Edital ou descredenciado no caso de deixar de cumprir com as obrigações estabelecidas neste Edital e seus anexos para credenciamento.

## SEÇÃO IX – DO CRITÉRIO DE ESCOLHA

36. A contratação ocorrerá de forma paralela e não excludente, a preço fixo e geral, distribuída a demanda igualmente aos credenciados, caso seja possível, dentro do período de cada 10 (dez) dias, podendo haver rodízio.
37. Os credenciados apenas terão mera expectativa de contratação.
38. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
39. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.

40. Serão rejeitadas as propostas que: Sejam incompletas, isto é, não conterem informação (ões) suficiente (s) que permita (m) a perfeita identificação do material licitado, ou aquelas que contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Agente de Contratação.

## SEÇÃO X – DOS RECURSOS

41. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimento, providências ou impugnar o ato convocatório deste credenciamento, devendo protocolizar o pedido, através de funcionalidade disponibilizada Plataforma de licitações Licitar Digital - [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), nos termos do art. 165 da Lei nº. 14.133/2021.
42. Caberá recurso da decisão que reputar inepto o requerimento de credenciamento ou determinar o descredenciamento de empresa, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da notificação por escrito.
43. A petição deverá ser assinada pela impugnante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, nº. do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).
44. A (s) resposta (s) à pedido (s) de esclarecimento (s), impugnação e recursos será(ão) divulgada (s) pelo Agente de Contratação em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**.
45. Os recursos interpostos deverão ser encaminhados pelas credenciadas eletronicamente via plataforma eletrônica ([www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)), devendo os arquivos estarem obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 11 e 12 da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019, concomitante com os termos elencados no Título IV, Capítulo I, da Lei nº. 14.133/2021.
46. Caso o recurso tenha como fundamento a análise da documentação feita pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, ficam autorizadas às credenciadas as vistas dos seus processos e a análise do recurso ficará adstrita aos documentos que instruíram o requerimento e não levará em consideração aqueles apresentados em sede recursal.
47. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.
48. Os recursos serão recebidos via plataforma pelo Agente de Contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

## SEÇÃO XI – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

49. Encerradas as fases de julgamento da habilitação, e esgotados os recursos administrativos, uma vez, inexistindo manifestação recursal ou decidida os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.
50. Em havendo recurso, o Agente de Contratação receberá, analisará e encaminhará a autoridade superior, se for o caso, nos moldes do art. 165 da Lei nº. 14.133/2021;

51. A homologação desta licitação não obriga a Administração à contratação do objeto licitado.

## **SEÇÃO XII – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO**

(Art. 6º, inciso XXIII, “d”, da Lei nº. 14.133/2021)

52. As condições, obrigações e responsabilidades das partes decorrentes deste procedimento licitatório estão contidas na Minuta do Contrato (Anexo V), a qual é parte integrante deste Edital.
53. Após homologada e adjudicada a presente licitação, a Proponente vencedora deverá assinar no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que for convocada para firmar a Ata de Registro de Preços ou Contrato.
54. A convocação será feita mediante correspondência eletrônica (e-mail).
55. No caso de o Proponente Credenciado possuir assinatura digital certificada, será enviada a Ata de Registro de Preço ou Contrato via correspondência eletrônica, a qual deve ser respondida com o documento assinado digitalmente, no prazo estipulado.
56. A proponente Credenciada que, convocada para assinar o Termo de Contrato, não o fizer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem motivação e/ou justificativa aceita pela administração, decairá do direito à contratação e ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na forma do artigo 90 da Lei nº. 14.133/2021, assim como a indenização por perdas e danos à Administração e demais cominações legais pertinentes.
57. Na hipótese de ocorrência da situação indicada neste item, será convocado outro proponente, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou Contrato, e assim sucessivamente, observando o disposto no

### **Subseção XII.1 – DAS ALTERAÇÕES**

58. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
59. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
60. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
61. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **SEÇÃO XIII – DA PUBLICIDADE DO (S) CONTRATO (S)**

62. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei N.º 14.133/2021.
63. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

## SEÇÃO XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

64. Prestar os serviços listados em **estrita conformidade com as determinações descritas no termo de referência, proposta comercial, edital e demais anexos**, assumindo inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou indiretamente, ao contratante ou a terceiros, respondendo por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham a ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, durante fornecimento do objeto, inclusive pelos atos praticados pelo seu funcionário, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do Consórcio.
65. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
67. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).
68. Manter durante o período de vigência do contrato/serviço, **E-MAIL INSTITUCIONAL**, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CONTRATANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
69. Indicar formalmente, **PREPOSTO** visando estabelecer contatos com o gestor do contrato, no prazo de 3 (três) dias, contados da assinatura do contrato;
70. Efetuar a prestação de serviços no prazo e local informado, juntamente com o recebimento da guia de acompanhamento de cada paciente.
71. A prestação de serviços será constantemente verificada sobre sua conformidade com as especificações deste credenciamento e da proposta.
72. Executar os serviços objeto do credenciamento obedecendo ao procedimento prescrito pelas normas do Ministério da Saúde, da Vigilância Sanitária, pelo respectivo conselho de classe e, por fim, pelas normas baixadas pelo **CISVERDE**;
73. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do **CREDENCIANTE**;
74. Comunicar ao **CISVERDE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do término do prazo de execução dos serviços, os motivos que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos neste instrumento;
75. Manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES;
76. Submeter-se à eventual regulação instituída pelo **CISVERDE** e/ou Ente Consorciado;



## SEÇÃO XV - OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

77. O regime desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, constituindo obrigações do contratante, além da constante do art. 115, da Lei 14.133/2021, as especificadas neste Edital e seus anexos.
78. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos, oferecendo todas as condições e informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa realizar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência edital e anexo;
79. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no instrumento contratual.
80. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## SEÇÃO XVI – DO DESCREDENCIAMENTO

81. O presente Credenciamento poderá ser revogável a qualquer momento, o Credenciado ou Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na Legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.
82. Será descredenciada, a qualquer tempo, a empresa que não mantiver durante o curso do contrato, as mesmas condições que possibilitaram o seu credenciamento, bem como a que rejeitar qualquer paciente, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a sua conduta, ou, ainda, aquela cujo contrato venha a ser rescindido, pelos motivos previstos no contrato.
83. O Credenciado que deseja solicitar o descredenciamento, deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g” e artigo 141, da Lei nº. 14.133/2021)

84. O pagamento será efetuado, mensalmente, considerando apenas aqueles serviços efetivamente prestados e realizados em benefício da população dos municípios consorciados, em respeito as normas da **Lei nº. 4.320 de 17 março de 1964** e de acordo com os valores estipulados neste Edital e seus anexos.
85. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente.
86. Os honorários e valores dos exames serão remunerados até o limite do preço constante do **ANEXO II** deste Edital, fixos e irrevogáveis.
87. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia subsequente a apresentação da nota fiscal e aceite pela administração, à **CREDENCIADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos. Caberá ao **CISVERDE** verificar a regularidade fiscal da

**CREDENCIADA**, para fins de manutenção do CREDENCIAMENTO. Caso ocorra algum fato ou irregularidade o pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

## **Subseção XVII.1 – DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A NOTA FISCAL PARA PAGAMENTO REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA - (Arts. 68, da Lei nº. 14.133/2021)**

88. Relação de documentos referentes à regularidade Fiscal e Trabalhista que poderão ser solicitados mensalmente conjuntamente com a nota fiscal para análise do fiscal do contrato, liquidação e liberação dos pagamentos: **a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Pública Federal - CRFPE; b) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Pública Municipal - CRFPM; c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Pública Estadual - CRFPE; d) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRFGTS; e) Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CRJT.**

## **Subseção XVII.2 – DOS VALORES A SEREM PAGOS À CONTRATADA, SERÃO ABATIDOS, NA FONTE, OS TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NA FORMA DA LEI.**

89. Caso a **CONTRATADA** goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.
90. Poderá o **CONTRATANTE**, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.
91. A **CONTRATADA** poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.
92. Caso a **CONTRATADA** não apresente a impugnação, ou caso o **CONTRATANTE** não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

## **SEÇÃO XVIII – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº. 14.133/2021)

93. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento do objeto contratado proveniente da (s) dotação (ões) orçamentária (s) do **CISVERDE**, abaixo exposta (s):

CÓDIGO DE DESPESA	FICHA	FONTE	RESUMO DA ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2002.33.90.39.00	36	1.659.000	Outros Serv. Terc. P. J.
01.02.10.302.0075.2002.33.90.39.00	226	1.659.000	Outros Serv. Terc. P. J.
01.02.10.302.0075.2004.33.90.39.00	56	1.659.000	Outros Serv. Terc. P. J.

## **SEÇÃO XIX – DA SUBCONTRATAÇÃO**

94. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondente ao objeto da subcontratação.
95. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incube avaliar se o subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

## SEÇÃO XX – DA VIGÊNCIA

96. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma dos artigos 105, da Lei nº. 14.133/2021, podendo ser prorrogado no limite de 5 (cinco) anos, na forma do art. 105, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo aditivo.
97. Ao final de cada período de 1 (um) ano e durante a vigência deste credenciamento, será **repblicado o aviso do edital para credenciamento de novas interessadas**, sem prejuízo dos credenciamentos já homologados.
98. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
99. A interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse, respeitado o término do prazo de vigência.
100. O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## SEÇÃO XXI- DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Art. 92, V, da Lei nº. 14.133/2021)

101. Os valores estipulados na Tabela Própria do **CISVERDE** poderão ser reajustados conforme preços acordados em reunião de secretários e prefeitos, garantindo sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Credenciamento, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, e das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.
102. Os preços fixados no edital de credenciamento poderão ser:
  - a) **Atualizados 1 (um) ano após a publicação do edital de credenciamento e a cada período de 1 (um) após a última atualização;**
  - b) **Revisados, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis,** nos termos do art. 124, II, "d" da Lei n. 14.133/2021 para reduzi-los, a pedido da Diretoria de Saúde, ou aumentá-los, por solicitação de interessados ou credenciados.
  - c) Constatada a redução dos preços praticados pelo mercado, o **CISVERDE** poderá reduzir os preços previstos em edital e caberá às **CREDENCIADAS**, após comunicadas, a decisão de se manterem ou não credenciadas.
  - d) Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às **CREDENCIADAS**, em caso de redução.

## SEÇÃO XXII – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO (ART. 140 DA L.N. 14.133/2021)

103. O cumprimento do estabelecido neste instrumento, ou a confirmação da execução do objeto de edital, serão fiscalizados pelo **CREDENCIANTE**, por intermédio de seu representante (servidor habilitado) que exercerá o cumprimento do acordo decorrente deste processo licitatório, observando toda e qualquer ação de

orientação geral, acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.

104. A fiscalização do contrato será investida de plenos poderes para registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada a **CREDENCIADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades que vierem a serem apontadas. A rejeição no todo ou parte do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo fixado.
105. A unidade Gestora do Contrato será pela **Diretora Administrativa Klezilene Silva Turbano Moura**, concomitante com o setor de contratos e contratos do Consórcio **CISVERDE**.
106. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);
107. O aceite da prestação de serviços será efetivada tomando como base critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
108. O recebimento provisório ou definitivo **não excluirá a responsabilidade civil pela solidez do contrato e suas condições**, nem a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei.

## SEÇÃO XXIII – DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

109. A demanda dos procedimentos será distribuída entre os **CREDENCIADOS**, conforme solicitações das secretarias de saúde dos municípios consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.

## SEÇÃO XXIV – DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

110. Compete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - a) Deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento ou não entregar qualquer documento;
  - b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - c) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento e da vigência contratual.
  - e) Fraudar a licitação.
  - c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- d) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155, e seguintes da Lei N.º 14.133/2021:
  - a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) Dar causa à inexecução total do contrato;
  - d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- e) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei N.º 14.133/2021.

## **Subseção XXIV.1 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS APLICÁVEIS**

111. A Credenciada, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:
- a) **ADVERTÊNCIA** - A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a **CONTRATADA** der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
  - b) **MULTA COMPENSATÓRIA/MORATÓRIA:**
    - I. 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/EPP, nos prazos previstos na Seção XIII (Doc. de Habilitação).



- II. 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso da não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.
- III. 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.
- f) O valor referente à multa poderá, ser recolhido ao Consórcio, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- g) O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.
- h) É admitida a reabilitação **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:
  - a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
  - b) Pagamento da multa;
  - c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

#### **Subcláusula XXIV.2 – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

(Art. 156, § 4º e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021)

- 112. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:**
  - a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 2 (dois) meses;**
  - b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 4 (quatro) meses;**
  - c) Não assinar o contrato ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 4 (quatro) meses;**
  - d) Fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 36 (trinta e seis) meses;**
  - e) A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## Subcláusula XXIV.3 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

113. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:**
- a) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;**
  - b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;**
  - c) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.
  - d) É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
    - I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
    - II. Pagamento da multa, se houver;
    - III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
    - IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;
    - V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.
  - i) A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
  - j) A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do CJF decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.
  - k) A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
  - l) Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.
  - m) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- n) Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).
- o) As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta de contrato, anexa a este edital
- p) As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem alisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

## SEÇÃO XXV – DA (S) NULIDADE (S) DO (S) CONTRATO (S)

114. É passível de nulidade contratual, a ocorrência descrita no arts. 147,148,149 e 150, todos da Lei Nº. 14.133/2021. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja passível o saneamento poderá ser anulado o contrato administrativo.

## SEÇÃO XXVI – DA EXTINÇÃO E RECISÃO DO CONTRATO

(Arts. 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021)

115. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser **formalmente motivada** nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as condições expostas no inciso I e seguintes do artigo 137, da Lei nº. 14.133 de 01/04/2021.
116. Quando a extinção decorrer de **culpa exclusiva da Administração**, a contratada será ressarcida o pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- a) Devolução da garantia;
  - b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção;
  - c) Pagamento do custo da desmobilização.
117. O **contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado**, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. **A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato**, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
118. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
119. O contrato poderá ser extinto ou reincidido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, observado o disposto nos artigos 137, 138 e 139, todos da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
120. Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021);

121. Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).
122. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
123. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

## SEÇÃO XXVII – DOS CASOS OMISSOS

124. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## SEÇÃO XXVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

125. Estabelece-se que a apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.
126. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
127. **Documentos de que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados ou subentendidos como dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do certame, com exceção do atestado de capacidade técnica.**
128. Fica assegurado ao Consórcio o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes e sendo devidamente justificada na forma da legislação vigente.
129. Este Credenciamento poderá ter a data de abertura pública transferida por conveniência do Consórcio, sem prejuízo dos prazos mínimos de apresentação de propostas, dispostos no art. 55, da Lei nº. 14.133/2021, assim como ser revogado por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.
130. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
131. Os proponentes, ao efetivarem o **CREDENCIAMENTO**, concordam automaticamente com todos os termos do Edital e seus anexos.
132. Fica assegurado ao Consórcio o direito de:
  - a) Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

- b) Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatória, poderá o Agente de contratação, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;
  - c) Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.
  - d) Adiar a data da sessão pública.
133. O Agente de Contratação ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
134. As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.
135. Os interessados em credenciar-se junto ao **CISVERDE** declaram ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.
136. O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do Credenciamento.
137. As normas que disciplinam este Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.
138. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.
139. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.
140. Fica assegurado ao Consórcio o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes e sendo devidamente justificada na forma da legislação vigente.
141. O **CISVERDE** não tolerará qualquer ato que infrinja ou possa infringir as Normas Anticorrupção, cabendo aos interessados, em caráter irrevogável e irretratável:
- a) Tomar conhecimento das Normas Anticorrupção, especialmente a Lei Federal nº 12.846/2013, e o Decreto Federal nº 8.420/2015, e divulgá-las a seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e terceiros;
  - b) Abster-se de praticar atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no artigo 5º, da Lei Federal nº 12.846/2013.



142. O presente Edital e seus anexos são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.
143. **Todos os documentos solicitados por este edital, poderão ser preenchidos em PDF e assinados eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP2.200-2 de 2001 e após anexadas nos campos específicos na plataforma eletrônica de credenciamento (sem a necessidade de impressão e assinatura física do respectivo documento).**
- a) Ou poderão ser preenchidas, impressas, assinadas, digitalizadas em PDF e posteriormente anexadas nos campos específicos na plataforma eletrônica de credenciamento.
144. Não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar quaisquer desses documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital de Credenciamento e anexos, resguardada a hipótese do participante que se declarar micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da pendência na plataforma eletrônica do credenciamento, para regularização da documentação.
145. Os documentos deverão ser apresentados em meio eletrônico no formato "PDF", em arquivo com tamanho máximo de 10MB, sendo que o interessado ficará responsável pela veracidade das informações prestadas no requerimento e nos documentos remetidos.
146. Não serão aceitos documentos com rasuras e/ou ilegíveis.
147. Os documentos que omitirem a validade serão considerados como válidos pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua emissão, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, ressalvados os documentos com prazos indeterminados previstos na legislação pertinente;
148. Os interessados deverão estar cientes da legislação que rege os prazos de validade das certidões emitidas pelos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.
149. Toda alteração que implique modificação das informações prestadas pela interessada para obtenção do credenciamento deverá ser alterada e/ou anexada na Plataforma [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).
150. A credenciada deverá atualizar os seus dados cadastrais no sistema sempre que ocorrer mudança de endereço, conta de e-mail, telefone ou do representante legal.
151. A atualização dos dados da credenciada não alterará a condição do credenciamento já homologado.

## SEÇÃO XIX - DO FORO

152. Para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do Contrato Administrativo oriundos deste Processo licitatório, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carangola/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Local 8 de março de 2024

\_\_\_\_\_  
Marco Antônio da Silva - Agente de Contratação

Portaria nº 001, de 16/01/2024

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CISVERDE

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005 /2024**

**CREDENCIAMENTO Nº. 001 /2024**

**INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2024**

### ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento representa um ETP, que constitui a primeira etapa do planejamento para a elaboração de Edital de credenciamento eletrônico de Pessoas Jurídicas Prestadores de Serviços na Área da Saúde, e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/21.

### I - INFORMAÇÕES BÁSICAS

- CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº. 001 /2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2024**

### II - ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEL

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL PELA FORMAÇÃO DA DEMANDA
Setor Administrativo	Diretora Administrativa, Klezilene da S. T. Moura - E-mail cisverde.contratos@yahoo.com – Tel.: 32 3741-3313

### III – EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- Portaria nº 001 de 16/01/2024.

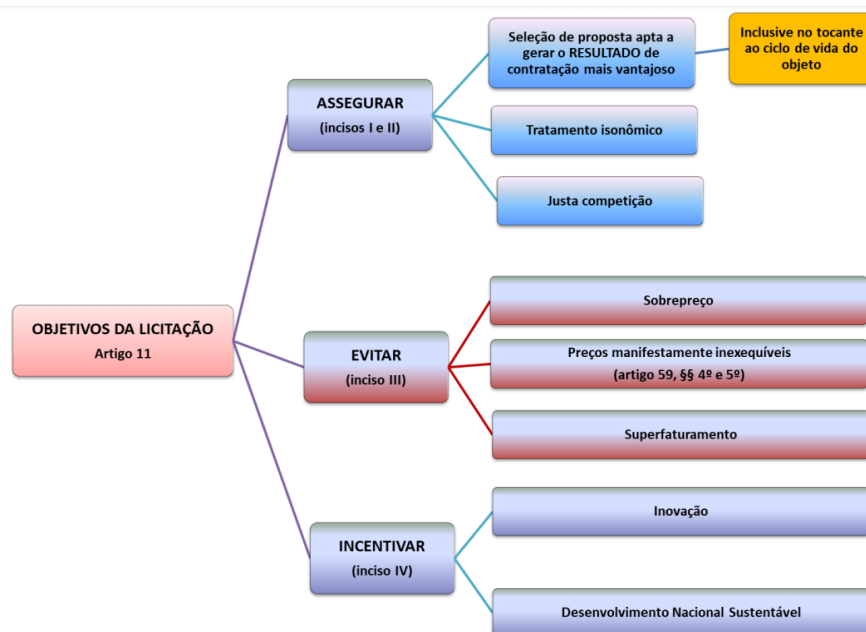
Marco Antonio da Silva	Klezilene da S. T. Moura.	Maristela Bernardino	Viviane G. C. Vitalino
Agente de Contratação	Equipe de Apoio	Equipe de Apoio	Equipe de Apoio

### IV - BASE LEGAL, TIPO DE PROCEDIMENTO

- O presente processo será regido pela Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, no que couber a LC nº 123 de 14/07/00, e LC 147, de 07/08/14, subsidiariamente a IN nº 73/2022 do Governo Federal e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as condições mínimas estabelecidas em edital e seus anexos.
- O objeto deste chamamento público refere-se à prestação de serviços que se enquadra em hipótese em que a competição, assim como um processo licitatório é menos eficaz para a administração, o que se está amparado pelo art. 79, em especial no inciso IV, deste dispositivo da Lei n. 14.133/2021.
- A dispensa de licitação é uma medida que permite uma contratação mais rápida, sem a necessidade de passar por todo o processo de licitação, que pode ser burocrático e demorado. Ao solicitar três cotações e optar pela mais vantajosa em termos de preço, o processo pode ser concluído de forma mais ágil.

## V - OBJETO DE ESTUDOS E OBJETIVOS DA LICITAÇÃO

6. O objeto a ser contratado é caracterizado como serviços especializados para empresa que contenha profissionais formados nas respectivas áreas conforme a lista de serviços estabelecidas no Termo de Referência.
7. Assim, torna-se necessária a contratação de empresa especializadas que atendam às exigências de acordo com os prazos e especificações deste instrumento e do Termo de Referência, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas na Lei nº 8.078/90 (código de defesa do consumidor).
8. Ao estabelecer objetivos para a contratação de serviços de saúde por meio de credenciamento, busca-se alcançar uma série de metas e benefício, com abaixo discriminado:
  - a) **Garantia de Qualidade:** Assegurar que os serviços de saúde fornecidos atendam aos padrões de qualidade estabelecidos, garantindo a segurança e eficácia dos tratamentos e procedimentos.
  - b) **Acesso e Disponibilidade:** Ampliar o acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas onde há escassez de recursos ou demanda excessiva, garantindo que os serviços estejam disponíveis quando necessários.
  - c) **Eficiência e Efetividade:** Buscar a utilização eficiente dos recursos disponíveis, garantindo que os procedimentos sejam realizados de forma eficaz e com o mínimo desperdício de recursos.
  - d) **Controle de Custos:** Promover a contenção de custos e maximizar o valor do investimento em saúde, buscando contratar serviços de alta qualidade a custos razoáveis.
  - e) **Ampla Rede de Prestadores:** Oferecer uma ampla rede de prestadores de serviços de saúde credenciados, garantindo opções de escolha para os pacientes e evitando a concentração excessiva de poder de mercado em algumas instituições.
  - f) **Inovação e Melhoria Contínua:** Estimular a inovação e a melhoria contínua na prestação de serviços de saúde, incentivando os provedores credenciados a adotar práticas atualizadas e tecnologias emergentes.
  - g) **Conformidade Regulatória:** Garantir que os prestadores de serviços credenciados estejam em conformidade com todas as regulamentações e normas pertinentes, protegendo os direitos dos pacientes e promovendo a integridade do sistema de saúde.
  - h) **Satisfação do Paciente:** Priorizar a satisfação e a experiência do paciente, selecionando prestadores de serviços que ofereçam um alto nível de atendimento ao cliente e que estejam comprometidos com o cuidado centrado no paciente.
9. Ao definir e perseguir esses objetivos, as organizações que contratam serviços de saúde por meio de credenciamento podem trabalhar para melhorar a qualidade, acessibilidade e eficiência dos cuidados de saúde oferecidos à população.
10. Objetivos da licitação nos termos do artigo 11 da Lei nº. 14.133/2021:



## VI - LEVANTAMENTO DE MERCADO, MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA E ANÁLISE DE CONTRATAÇÃO

11. O presente processo de contratação visa garantir que se entidade adquira os serviços a suprir a demanda dos municípios consorciados, garantindo assim a eficiência na gestão dos recursos públicos.
12. O processo de credenciamento em saúde envolve a seleção e contratação de prestadores de serviços médicos por parte de organizações pagadoras, como seguradoras de saúde ou sistemas de saúde públicos e privados. Esse processo é fundamental para garantir que os serviços de saúde atendam aos padrões de qualidade, eficiência e acessibilidade necessários para os pacientes.
13. O levantamento de mercado é uma etapa inicial e crucial do processo de credenciamento, que envolve a coleta de informações sobre os prestadores de serviços disponíveis no mercado, incluindo hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais de saúde. Esse levantamento pode incluir aspectos como a localização, especialidades oferecidas, infraestrutura, experiência e reputação dos prestadores de serviços.
14. A motivação da escolha dos prestadores de serviços para credenciamento pode variar de acordo com as necessidades e prioridades do Consórcio. Isso pode incluir considerações como qualidade dos serviços, custo, acesso geográfico, preferências dos pacientes e necessidades específicas da rede de prestadores. A motivação também pode ser impulsionada por regulamentações governamentais ou diretrizes de saúde pública.
15. Outrossim, após o levantamento de mercado e a identificação dos prestadores de serviços potenciais, é realizado o Processo Licitatório visando o Chamamento Público por Credenciamento de todos os interessados. Nessa etapa, são avaliados critérios como qualidade, custo, capacidade de atendimento, conformidade regulatória, histórico de desempenho e capacidade de inovação dos prestadores de serviços. Com base nessa análise, são feitas as escolhas finais e estabelecidos contratos de credenciamento com os prestadores selecionados.
16. Em resumo, o processo de credenciamento em saúde envolve o levantamento de mercado para identificar prestadores de serviços, a motivação da escolha desses prestadores com base em diversos critérios e a análise

detalhada para selecionar os melhores candidatos para a assinatura do Termo de Credenciamento. Trata-se de um processo essencial para garantir que os pacientes recebam cuidados de saúde de alta qualidade, acessíveis e eficazes.

## VII - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

17. A necessidade de contratação de serviços de procedimentos de saúde, se faz necessária tendo em vista a necessidade de desenvolvimento de todas as ações as quais devem ser atendidas pelos referidos serviços, além de dar continuidade aos trabalhos realizados pelo consórcio, uma vez que falta profissionais concursados dentro do quadro de efetivo. Assim sendo, supõe-se necessária a contratação dos serviços então requeridos, tendo como objetivo suprir a demanda existente das nos municípios consorciados, para que não ocasiona interrupção na oferta assistencial dos atendimentos.
18. A contratação de prestação de serviços na área da saúde é necessária por várias razões fundamentais:
  - a) **Acesso a Especialidades Médicas:** Necessidade de contratar prestadores de serviços especializados para oferecer tratamentos específicos aos pacientes. Ressalta-se ainda especialmente considerando que trata-se de procedimentos com especialidades médicas escassas na região.
  - b) **Ampliação da Capacidade de Atendimento:** Em momentos de aumento na demanda por serviços de saúde, contratar prestadores de serviços adicionais pode ajudar a aumentar a capacidade de atendimento e garantir que todos os pacientes recebam cuidados adequados.
  - c) **Redução de Listas de Espera:** Contratar prestadores de serviços adicionais ou externos pode ajudar a reduzir as longas listas de espera de procedimentos, garantindo que os pacientes sejam atendidos de forma mais oportuna.
  - d) **Flexibilidade e Agilidade:** Contratar prestadores de serviços externos oferece flexibilidade para as atendimento as demandas em complemento ao SUS, de forma a ajustar sua capacidade de atendimento de acordo com as flutuações na demanda ou necessidades sazonais.
  - e) **Expertise Específica:** Alguns procedimentos médicos ou tratamentos exigem conhecimento e habilidades especializadas que podem não estar disponíveis internamente nos centros de atendimentos. Nesses casos, contratar prestadores de serviços externos com expertise específica é essencial para garantir a qualidade e segurança do cuidado.
19. Em resumo, a contratação de prestação de serviços externos na área da saúde é essencial para garantir que o Consórcio possa oferecer uma gama completa de serviços aos pacientes de seus associados, maximizando a eficiência, acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde fornecidos.

## VIII - DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

20. O credenciamento de prestadores de serviços de saúde e com mais de um prestador se faz necessário, haja vista a necessidade permanente de atender demandas decorrentes do dia a dia, dos municípios consorciados referentes a procedimentos de saúde em complemento ao SUS.
21. A solução de contratação de serviços de saúde envolve a seleção e contratação de prestadores de serviços por parte de Consórcio, via sistemas de saúde públicos e privada. Isso é feito através de um processo de credenciamento, que inclui o levantamento de mercado para identificar prestadores de serviços potenciais, a



motivação da escolha com base em critérios como qualidade, custo e acessibilidade, e a análise detalhada para selecionar os melhores candidatos para contratação. Essa solução é fundamental para garantir que os pacientes recebam cuidados de saúde de alta qualidade, acessíveis e eficazes, por meio de uma rede confiável de prestadores de serviços de saúde.

## IX - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

22. Os requisitos estipulados neste ETP deverão ser observados em consonância **ao estipulado no Termo de Referência, Edital e demais anexo**, bem como às disposições constantes dos documentos que serão apresentados, que, independentemente de transcrição, farão parte integrante e complementar do Contrato Administrativo. Possibilitando a execução do contrato dentro do mais alto padrão da técnica atual.
23. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item.

## X - DIRETRIZES QUE NORTEARÃO O ETP

24. Para a presente prestação de serviços deverão ser observadas as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, assim como os demais anexos do Edital.
25. As diretrizes que norteiam este ETP podem variar dependendo do contexto específico, como as políticas da organização, regulamentações governamentais e requisitos específicos do contrato. No entanto, algumas diretrizes gerais que podem ser consideradas incluem:
- a) **Transparência e Equidade:** O processo de contratação deve ser transparente e garantir a igualdade de oportunidades para todos os fornecedores interessados em participar. Isso pode incluir a divulgação clara dos requisitos do contrato, critérios de avaliação e prazos para submissão de propostas.
  - b) **Concorrência Justa:** Deve-se promover a concorrência justa entre prestadores, garantindo que todos tenham a oportunidade de competir pelos contratos de prestação de serviços. Isso pode ser feito por meio de licitações públicas ou processos de cotação, dependendo das políticas e regulamentações aplicáveis.
  - c) **Qualidade e Confiabilidade:** O objeto fornecido deve atender aos padrões de qualidade e desempenho exigidos pela administração, sendo estabelecidos critérios claros de qualidade e especificações técnicas para garantir que os produtos atendam às necessidades do Contratante.
  - d) **Preço Competitivo:** O preço praticado devem ser competitivo e representar um bom valor para a organização. Isso pode envolver a comparação de preços entre diferentes fornecedores e a negociação de descontos ou condições favoráveis de pagamento.
  - e) **Sustentabilidade:** Considerações ambientais e de sustentabilidade também podem influenciar a decisão de contratação.
  - f) **Cumprimento Legal:** Todas as etapas do processo de contratação devem estar em conformidade com as leis e regulamentações relevantes, incluindo as relacionadas à contratação pública, proteção ao consumidor e direitos trabalhistas.
  - g) Essas diretrizes ajudam a garantir que a contratação seja realizada de forma eficiente, transparente e em conformidade com as melhores práticas e regulamentações aplicáveis.

## XI - BENEFÍCIO A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

26. A presente contratação busca proporcionar benefícios que promovam a eficiência, a qualidade, a transparência, a concorrência, a inovação, o desenvolvimento econômico e social, e a conformidade legal, contribuindo assim para o bem-estar e o interesse público.
27. Pretende-se contratar os itens descritos no TR pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento de insumos imprescindíveis para a realização dos atendimentos.
28. Em resumo, a contratação de serviços de saúde oferece uma variedade de benefícios, incluindo acesso a cuidados especializados, aumento da capacidade de atendimento, melhoria da qualidade do atendimento, redução de custos e maior satisfação do paciente. Esses benefícios são essenciais para garantir um sistema de saúde eficaz e acessível para todos.

## XII - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

29. O prazo de prestação de serviços será em 2 (dois) dias pós o recebimento da Autorização de Prestação de serviços, nos termos estabelecidos em edital e seus anexos, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.
30. São atribuições a serem cumpridas pelo Credenciado:
  - d) Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro de conceitos de ética profissional e dos padrões e normas relativas à especialidade, procedimento ou serviço para qual está sendo credenciado.
  - e) Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro das normas operacionais instituídas e demais normativos do Consórcio, incluindo a possibilidade de implantação de inovações tecnológicas que venham a facilitar o processo, o controle do atendimento aos beneficiários do Sistema e a cobrança dos serviços prestados, tal como conectividade via internet, biometria e outros.
  - f) Quanto ao atendimento a usuários do **CISVERDE** nas clínicas, hospitais e consultórios, deverá atender em ambiente físico adequado à prestação dos serviços, nos aspectos de iluminação, nível de privacidade, vedação acústica, limpeza e ordem, e espaço apropriado para o atendimento proposto em consonância com a linha de qualidade adotada e exigida pelo Consórcio.
  - f) A demanda dos procedimentos será distribuída entre os **CREDENCIADOS**, conforme solicitações das secretarias de saúde dos municípios consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.
  - g) Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências: Dedução de crédito da **CREDENCIADA**, Execução da garantia prestada e Media judicial apropriada.
31. Em caso de prorrogação deverá ser fundamentada e aceita a justificativa pela administração, sendo possível a prorrogação em casos excepcionais por igual período.

62. A **CREDENCIADA** deverá atender os pacientes encaminhados pelo **CREDENCIANTE**, oferecendo-lhes atendimentos de contratação de pessoas jurídicas prestadores do referido objeto para atendimento da população dos municípios consorciados, conforme anexo constante do edital e do presente Instrumento;
63. Os serviços especificados nos anexos deverão ser executados preferencialmente pelo credenciado em sede própria do **CREDENCIADO**. A eventual mudança de endereço do prestador de serviços, ou outras alterações a qualquer título, deverão ser imediatamente comunicadas ao **CREDENCIANTE**, que analisará a conveniência de manter os serviços credenciados, podendo para isso rever as condições do Termo de Credenciamento e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.
64. Os atendimentos deverão ser realizados mediante apresentação da Guia de Encaminhamento do **CREDENCIANTE**, expedida individualmente pelos Secretários Municipais de Saúde do Município Consorciado, juntamente com o pedido médico.
65. A **CREDENCIADA** reconhece por este instrumento que é responsável pelos danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer o **CREDENCIANTE**, coisa, propriedade ou terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do **CREDENCIAMENTO**, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento exercidos pelo **CREDENCIANTE**.
66. O atendimento ao público nas instalações da **CREDENCIADA** sede ou filial, será devidamente encaminhada pelo **CISVERDE** considerando o valor máximo estipulado na Tabela de Procedimentos **ANEXO IV** deste edital, combinado com a Carta-Proposta apresentada, em dia e horário indicado previamente pelo profissional, sendo de responsabilidade da **CREDENCIADA** todo o material necessário à execução dos serviços credenciados, devendo a **CREDENCIADA** **EXIGIR** dos **BENEFICIÁRIOS** a apresentação da Guia de Encaminhamento do **CISVERDE**.
- h) Na falta do encaminhamento, a consulta somente poderá ser realizada através de outro prévio consentimento formal do **CISVERDE**.
- i) O aceite da guia se dará quando a mesma não estiver com rasuras bem como entrelinhas.

### **XIII - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

32. Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo o **CREDENCIANTE**, promover as solicitações de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.
33. Para compor uma estimativa de mercado, foi avaliado os preços obtidos tomando como base os serviços já realizados pelo consórcio, sendo realizado contato direto para apresentação de orçamentos prévios, onde foram obtidos uma média de valor mais coerente com a realidade do mercado regional, além de utilização de banco de preços públicos.
34. As quantidades serão requisitadas pelas Secretarias Municipais de Saúde - SMS, à contratação será realizada de forma fragmentada, conforme a necessidade e o interesse do Setor.

35. A (s) guia (s) de atendimento (s) pelo setor solicitante, serão remetidas a credenciada por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da **CREDENCIADA**.
36. Em relação ao atendimento ao público será tanto nas instalações da **CREDENCIANTE**, quanto em sua Sede, ou ainda em instalações devidamente qualificadas da **CREDENCIADA**, sendo necessário a guia de atendimento encaminhada pelo Município requisitante e ratificada pelo Consórcio, em dia e horário indicado previamente pelo profissional, que fornecerá todo o material necessário à execução dos serviços. Destarte, que é dever da **CREDENCIADA EXIGIR** dos **BENEFICIÁRIOS** a apresentação da Guia de Encaminhamento do **CISVERDE**, sendo que, na falta deste, a consulta somente poderá ser realizada através de outro prévio consentimento formal do **CISVERDE**.
37. O aceite da guia se dará quando a mesma não estiver com rasuras bem como entrelinhas.
38. A demanda dos procedimentos será distribuída, conforme solicitações dos municípios Consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.
39. Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas pelo **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências: a) Dedução de crédito da **CREDENCIADA**; b) Execução da garantia prestada; c) Medida judicial apropriada.

#### XIV - DA GARANTIA

40. A saúde é um direito fundamental de todos e deve ser assegurada por todos os Entes da Federação, devendo ser viabilizado o seu acesso pelo Município através dos meios legais existentes. Este Consórcio tem por meta dar tratamento prioritário a saúde a fim de proporcionar um atendimento digno ao cidadão e o presente certame justifica-se pela necessidade dos Municípios consorciados ao **CISVERDE** garantirem atendimento aos seus munícipes. Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana.
41. Em razão do dever de garantir os serviços de saúde, os Municípios devem buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução que vá ao encontro do interesse público. Nesta linha, verificando os prejuízos que podem ocorrer para os indispensáveis serviços de saúde, os municípios consorciados, demonstram a necessidade de contratação dos referidos serviços através do **CONSÓRCIO**.
42. Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas pelo **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências: a) Dedução de crédito da **CREDENCIADA**; b) Execução da garantia prestada; c) Medida judicial apropriada.

#### XV - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

43. Considerando a natureza do objeto, não haverá parcelamento da solução.

## **XVI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERPENDENTES**

44. Não existem contratações em andamento que venham fazer correlação ou dependência com o objeto pretendido.

## **XVII – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

45. O presente credenciamento consta com os devidos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

## **XVIII – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

46. A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para a devida prestação de serviços, incluindo o aceite da proposta, e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade dos serviços.
47. Com relação à escolha do prestador de serviços, ficará a cargo dos próprios usuários por intermédio das secretárias de saúdes de cada ente consorciado, enquanto beneficiários diretos da prestação, e não da administração do consórcio.
- c) Neste contexto, caberá apenas ao consórcio credenciar aqueles que atendam aos critérios fixados neste edital de chamamento público.

## **XIX - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

48. Critérios e práticas de sustentabilidade a serem incluídos dentre as especificações técnicas do objeto em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº. 05/2017/SLTI/MPOG e na Instrução Normativa nº. 01/2010/SLTI/MPOG.
49. As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas, como na utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa – IBAMA nº. 06 de 15/03/2013, no caso de itens enquadramentos como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificadoras de sustentabilidade ambiental.

## **XX - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

50. A presente prestação de serviços é viável e necessária, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de uma necessidade do Consórcio em consonância a atender a demanda dos municípios consorciados, justificando-se pela própria natureza do objeto a ser contratada.
51. Esta Equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII, art. 7º da IN 40, de 22/05/2020, da SEGES/ME.

Carangola, 8 de março de 2024.

**Klezilene da Silva Turbano Moura** – Diretora Administrativa  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário



## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005 /2024**

**CREDENCIAMENTO Nº. 001 /2024**

**INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2024**

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### SEÇÃO I – INTRODUÇÃO

O presente instrumento tem o objetivo de fornecer subsídios para a montagem do plano de licitação visando à realização de **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde, em atendimento aos usuários dos entes consorciados, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O presente instrumento traz uma definição do objeto, incluindo sua natureza, quantitativos e prazos, além da fundamentação para aquisição, assim como os requisitos mínimos para o fornecimento do objeto deste instrumento, nos termos elencados no artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº. 14.133 de 21/04/2021.

#### SEÇÃO II – SOLUÇÃO COMO UM TODO – JUSTIFICATIVA.

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

O presente Termo de Referência – TR, visa dar subsídios ao processo licitatório de **CREDENCIAMENTO** de Pessoas Jurídicas Prestadoras de Serviços na área da saúde, seguindo as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e em complemento ao Sistema Único de Saúde – SUS, nesse contexto justifica-se a necessidade de abertura de processo licitatório em cumprimento ao texto constitucional, que determina que a administração tem que obter a proposta mais vantajosa à administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 74, inciso IV, da Lei nº. 14.133/2021.

Outrossim, no presente termo consta as especificações dos itens, quantidades e preços máximos a serem aceitos, assim como o objeto da presente licitação estão devidamente detalhados nesse termo, apresentados sob planilha de itens com as descrições dos serviços e procedimentos específicos que terão de ser seguidos obrigatoriamente pela empresa que vier a ser credenciada.

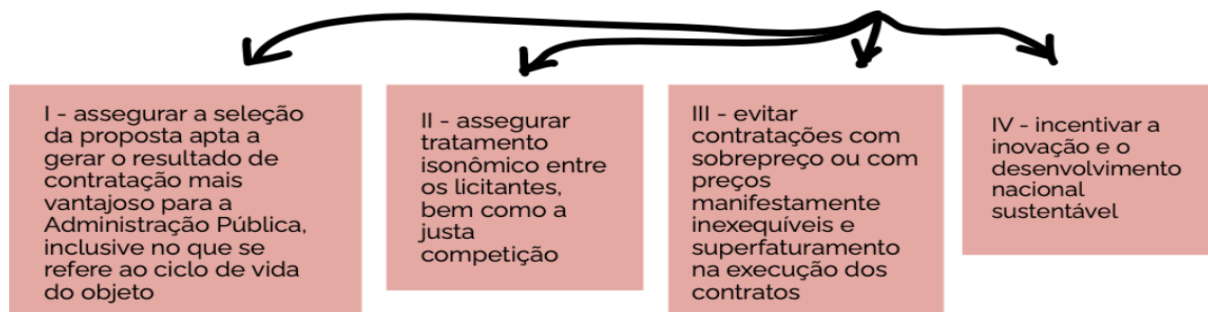
O presente credenciamento visa atender a demanda dos municípios consorciados ao **CISVERDE**, visando a suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados.

Fato outro, os Consórcios Públicos, são autarquias municipais e por sua vez deve seguir os princípios constitucionais e do Sistema Único de Saúde (SUS), nesta linha, cabe ressaltar que a Lei nº. 8.080/90, que regulamenta o Sistema Único de Saúde – SUS e institui o sistema de controle e avaliação e auditoria;

Assim, em razão da enorme carência existente na rede pública em todos os Municípios, quanto aos procedimentos apresentados neste TR, faz-se necessária a realização do presente procedimento administrativo, visando o atendimento aos pacientes dos municípios consorciados.

Por todas as razões acima apresentadas e outras que seriam igualmente válidas, aqui não mencionadas, não resta dúvidas da necessidade de realização de procedimento administrativo para a contratação dos procedimentos médicos objeto deste termo, em atendimento a demanda existente nos municípios que compõe o **CISVERDE**, tornando possível o cumprimento de todos os princípios constitucionais que lhe norteiam.

## SEÇÃO III – OBJETIVO - (Art. 11, Lei nº 14.133/2021)



## SEÇÃO IV – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

A presente contratação busca proporcionar benefícios que promovam a eficiência, a qualidade, a transparência, a concorrência, a inovação, o desenvolvimento econômico e social, e a conformidade legal, contribuindo assim para o bem-estar e o interesse público.

Pretende-se contratar os itens descritos no TR pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento de insumos imprescindíveis para a realização dos atendimentos.

Em resumo, a contratação de serviços de saúde oferece uma variedade de benefícios, incluindo acesso a cuidados especializados, aumento da capacidade de atendimento, melhoria da qualidade do atendimento, redução de custos e maior satisfação do paciente. Esses benefícios são essenciais para garantir um sistema de saúde eficaz e acessível para todos.

## SEÇÃO V – OBJETO<sup>6</sup>

67. Edital de credenciamento eletrônico de Pessoas Jurídicas Prestadores de Serviços na Área da Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.
- d) Prestação de serviços em consultório próprio do Credenciado na cidade de Muriaé/MG, observados os termos elencados no Anexo I – Termo de Referência e demais anexos do Edital.
- e) Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.
- f) As empresas interessadas deverão estar situadas na cidade de **de Muriaé/MG**, justificando esta limitação na dificuldade de transporte e locomoção dos usuários para outros municípios mais distantes, sendo certo que o limite ora estipulado abrangendo uma territorialidade que permite a participação de inúmeras interessadas, facilitando o deslocamento dos pacientes dos municípios consorciados.

<sup>6</sup> Súmula 177, do TCU: “A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição.”

## Subseção V.1 – SINOPSE DE VALORES DE REFERÊNCIA

ITEM	QUANT.	CÓDIGO SUS	PROCEDIMENTO	VL.R. UNI.	VL.R. TOT.
1	100	02.06.02.003-1	TOMOGRAFIA DE TORAX SEM CONTRASTE	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00
2	100	02.06.02.003-1	TOMOGRAFIA DE TORAX COM CONTRASTE	R\$ 248,32	R\$ 24.832,00
3	50	02.06.01.006-0	TOMOGRAFIA DE SELA TURCICA	R\$ 120,00	R\$ 60.000,00
4	60	02.06.01.004-4	TOMOGRAFIA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULAÇÕES TEMPORO-MANDIBULARES SEM CONTRASTE	R\$ 170,00	R\$ 10.200,00
5	60	02.06.03.003-7	TOMOGRAFIA DE PELVE / BACIA / ABDOMEN INFERIOR SEM CONTRASTE	R\$ 190,00	R\$ 11.400,00
6	60	02.06.03.003-7	TOMOGRAFIA DE PELVE / BACIA / ABDOMEN INFERIOR COM CONTRASTE	R\$ 260,90	R\$ 15.654,00
7	60	-	TOMOGRAFIA DE MASTOIDE OU ORELHAS COM CONTRASTE	R\$ 248,32	R\$ 14.899,20
8	200	02.06.01.007-9	TOMOGRAFIA DO CRÂNIO SEM CONTRASTE	R\$ 120,00	R\$ 24.000,00
9	200	02.06.01.007-9	TOMOGRAFIA DO CRÂNIO COM CONTRASTE	R\$ 180,00	R\$ 36.000,00
10	20	-	TOMOGRAFIA DE CADA SEGMENTO ADICIONAL PARA COLUNA	R\$ 38,00	R\$ 760,00
11	60	-	TOMOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL SEM CONTRASTE	R\$ 120,00	R\$ 7.200,00
12	30	-	TOMOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL COM CONTRASTE	R\$ 190,00	R\$ 5.700,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$</b>	<b>173.645,20</b>

## SEÇÃO VI - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, XXIII, “a” e “i” e XXIII, alínea ‘d e h’, ambos da Lei n. 14.133/2021)

68. A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital;
69. Poderão participar deste Credenciamento as pessoas **JURÍDICAS** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto em referência, devendo **credenciar-se previamente** pelo sítio da Plataforma de Licitações **Licitar Digital** - [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), e atenderem a todas as condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.
70. A participação no presente credenciamento se dará mediante apresentação de proposta por prestadores atuantes nas áreas requisitadas pelo consórcio e que não se enquadrem em situações legais ou impeditivas por sanção de contratar com o Poder Público.
71. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
72. A credenciada será responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Credenciamento Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

73. A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que as aquisições de pequenos vultos não se tornam interessante à participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnicas e econômico-financeiras, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

## **Subseção VI.1 - NÃO SERÁ ADMITIDA NESTE CREDENCIAMENTO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS**

74. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e/ou de licitar e impedida e/ou proibida de contratar com o Poder Público (Razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e/ou art. art. 12 da Lei n.º 8.429/1992), durante o prazo da sanção aplicada, assim como, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, ou ainda, quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/21;
75. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
76. Que possua, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

## **SEÇÃO VII- DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

**(Art. 92, incisos XIV, XVI e XVII, art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, todos da Lei n.º. 14.133/2021)**

77. Fornecer o (s) objeto (s) listado em estrita conformidade **com as determinações descritas no termo de referência, proposta comercial, edital e demais anexos**, assumindo inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou indiretamente, ao contratante ou a terceiros, respondendo por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham a ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, durante fornecimento do objeto, inclusive pelos atos praticados pelo seu funcionário, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do Consórcio.
- a) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e manter durante o período de vigência do contrato/serviço, **E-MAIL INSTITUCIONAL**, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CONTRATANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
78. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
79. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).
80. A **CREDENCIADA** cabe assumir a responsabilidade por: em relação aos seus funcionários, que não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CISVERDE**, por todas as despesas decorrentes da execução

do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

81. Observar todas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus anexos especialmente a cláusula sétima da Minuta do Termo de Credenciamento.

## SEÇÃO VIII - OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

82. O Regime desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, constituindo obrigações do contratante, além da constante do art. 115, da Lei 14.133/2021, as especificadas neste Edital e seus anexos.
83. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos, oferecendo todas as condições e informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa realizar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência edital e anexo;
84. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
85. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## SEÇÃO IX - VIGÊNCIA DO CONTRATO

86. O prazo de vigência do Contrato Administrativo é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado no limite de **5 (cinco) anos**, na forma do art. 105, e 106, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo aditivo.

## SEÇÃO X – DA FORMA DE CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(Art. 6º, XXIII, alíneas 'd e h' da Lei nº 14.133/21)

87. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação, nos termos da Lei nº. 14.133/2021: I - Habilitação Jurídica (art. 66, da lei nº. 14.133/2021); II - Habilitação Técnica (art. 67, da lei nº. 14.133/2021); III - Habilitação Fiscal, social e trabalhista (art. 68, da lei nº. 14.133/2021); e IV - Habilitação Econômico-financeira (art. 69, da lei nº. 14.133/2021);

## SEÇÃO XI – DA ADEQUAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO

(Art. 150, da Lei nº. 14.133/2021)

88. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento do objeto deste instrumento será proveniente da (s) dotação (ões) orçamentária (s) do **CISVERDE**, abaixo exposta (s):

CÓDIGO DE DESPESA	FICHA	FONTES	RESUMO DA ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2002.33.90.39.00	36	1.659.000	OUTROS.SERV.TERC.P.J.
01.01.10.302.0075.2002.33.90.39.00	226	1.659.000	OUTROS.SERV.TERC.P.J.
01.02.10.302.0075.2004.339.90.39.00	56	1659.000	OUTROS.SERV.TERC.P.J.



## SEÇÃO XII – DA EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

89. A prestação de serviços objeto deste instrumento será nos termos estabelecidos neste instrumento contratual, concomitante com o Termo de Referência, Edital e demais anexo.
90. Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro de conceitos de ética profissional e dos padrões e normas relativas à especialidade, procedimento ou serviço para qual está sendo credenciado.
91. Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro das normas operacionais instituídas e demais normativos do Consórcio, incluindo a possibilidade de implantação de inovações tecnológicas que venham a facilitar o processo, o controle do atendimento aos beneficiários do Sistema e a cobrança dos serviços prestados, tal como conectividade via internet, biometria e outros.
92. Para atendimento das requisições e solicitações das secretarias municipais de saúde consorciadas, será nas dependências da empresa **CREDENCIADA**, que deverá estar estabelecida no perímetro urbano da cidade de Muriaé, em horário comercial, no mínimo por 08 (oito) horas diárias e 05 (cinco) dias por semana, ou em conformidade à demanda apresentada pelo **CISVERDE**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.
93. O atendimento ao público nas instalações da **CREDENCIADA** sede ou filial, será devidamente encaminhado pelo **CISVERDE** considerando o valor máximo estipulado no Termo de Referência, combinado com a Carta-Proposta apresentada, em dia e horário indicado previamente pelo profissional, sendo de responsabilidade da **CREDENCIADA** todo o material necessário à execução dos serviços credenciados, devendo a **CREDENCIADA EXIGIR** dos **BENEFICIÁRIOS** a apresentação da Guia de Encaminhamento do **CISVERDE**.
94. Na falta do encaminhamento, a consulta somente poderá ser realizada através de outro prévio consentimento formal do **CISVERDE**.
95. O aceite da guia se dará quando a mesma não estiver com rasuras bem como entrelinhas.
96. A demanda dos procedimentos será distribuída entre os **CREDENCIADOS**, conforme solicitações das secretarias de saúde dos municípios consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.
97. O procedimento será distribuído entre os **CREDENCIADOS**, observado o direito de escolha do paciente.
98. Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências: Dedução de crédito da **CREDENCIADA**, Execução da garantia prestada e Media judicial apropriada.
99. A coleta, a realização dos exames e serviços e a distribuição dos resultados serão de responsabilidade da **CREDENCIADA**, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos.
100. A **CREDENCIADA** deverá atender os pacientes encaminhados pelo **CREDENCIANTE**, oferecendo-lhes atendimentos de contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços exames de imagem para atendimento da população dos municípios consorciados, conforme anexo constante do edital e do presente Instrumento;

101. Os atendimentos deverão ser realizados mediante apresentação da Guia de Encaminhamento do **CREDENCIANTE**, expedida individualmente pelos Secretários Municipais de Saúde do Município Consorciado, juntamente com o pedido médico.
102. A **CREDENCIADA** reconhece por este instrumento que é responsável pelos danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer o **CREDENCIANTE**, coisa, propriedade ou terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do **CREDENCIAMENTO**, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento exercidos pelo **CREDENCIANTE**.

## SEÇÃO XIII – DO FISCAL DO CONTRATO

103. O recebimento deste objeto, ou a confirmação da execução deste, será acompanhado pela fiscalização da Servidora **Klezilene da Silva Turbano Moura**, concomitante com o setor de contratos e contratos do Consórcio, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021, que verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinente caso necessário, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto nº. 11.246/2022, e as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
104. A fiscalização do contrato será investida de plenos poderes para registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada a **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades que vierem a serem apontadas. A rejeição no todo ou parte do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo fixado.

## SEÇÃO XIV – DO PAGAMENTO

105. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia subsequente a apresentação da nota fiscal e aceite pela administração, à **CREDENCIADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos. Caberá ao **CISVERDE** verificar a regularidade fiscal da **CREDENCIADA**, para fins de manutenção do **CREDENCIAMENTO**. Caso ocorra algum fato ou irregularidade o pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
106. Será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas condições determinadas no § 1º, inciso I e seguintes, §§ 2º e 3º, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei Nº. 14.133/2021.
107. O pagamento será efetuado, mensalmente, considerando apenas aqueles serviços efetivamente prestados e realizados em benefício da população dos municípios consorciados, em respeito as normas da Lei nº. 4.320 de 17 março de 1964 e de acordo com os valores estipulados neste Edital e seus anexos.
108. Os honorários e valores dos exames serão remunerados até o limite do preço constante do Termo de Referência, fixos e irredutíveis.
109. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CREDENCIADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando

cumpridas, pela **CREDENCIADA**, todas as condições pactuadas. A mesma deverá vir acompanhada das respectivas requisições, devidamente rubricadas ou vistados pelo requisitante responsável e assinadas pelo paciente para atestar a realização da prestação de serviços, tendo **CREDENCIANTE**, o prazo de 10 (Dez) dias, para a sua conferência, observados os artigos: 140,141 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

110. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CREDENCIADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao **CREDENCIANTE**.
111. Somente após o cumprimento da cláusula anterior será autorizado o pagamento a **CREDENCIADA**, no 21º (vigésimo primeiro) dia de cada mês, mediante apresentação até o 30º (trigésimo) dia do mês anterior de Nota Fiscal, com a correta descrição dos serviços realizados, acompanhados das respectivas Guias de Encaminhamento do **CISVERDE**, para conferência.
112. Caso a Nota Fiscal acompanhada dos documentos necessários não seja encaminhada ao **CISVERDE** até o 30º (trigésimo) dia do mês, o pagamento correspondente poderá sofrer retardamento proporcional, decorrente do atraso no processamento do faturamento.
113. Na eventualidade da aplicação da multa prevista em edital, esta deverá ser liquidada simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
114. Caso a multa não seja recolhida, conforme previsto na cláusula anterior, esta será descontada do pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
115. No caso de irregularidade na emissão dos documentos por parte da **CREDENCIADA**, tal como nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir de sua apresentação, desde que devidamente regularizada.
116. A Nota Fiscal deverá ser protocolada na Secretaria do **CREDENCIANTE**, considerando os descontos previstos na legislação em vigor.
117. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CREDENCIADA**.
118. O **CREDENCIANTE** poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CREDENCIADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
  - a) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CREDENCIADA** atenda à cláusula infringida.
  - b) A **CREDENCIADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do **CREDENCIANTE**.
  - c) Débito da **CREDENCIADA** para com o **CREDENCIANTE** quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros Credenciamentos.

- d) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
119. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CISVERDE, os valores devidos poderão ser acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CREDENCIADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.
120. O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o e-mail: [cisverde.contratos@yahoo.com](mailto:cisverde.contratos@yahoo.com) e/ou [contabilidadecisverde@yahoo.com.br](mailto:contabilidadecisverde@yahoo.com.br).

## SEÇÃO XV - DO FORO

121. As partes elegem o foro da Comarca de Carangola/MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste termo de referência, assim como, do Contrato Administrativo.

Carangola, 7 de março de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Klezilene da Silva Turbano Moura**  
**Diretora Administrativa**  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CISVERDE**

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005 /2024

CREDENCIAMENTO Nº. 001 /2024

INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2024

### ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

**CREDENCIAMENTO** da empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], inscrito (a) no CPF/MF n.º [inserir número] e Identidade n.º. [Inserir número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], para participar do Processo Licitatório n.º. 001/2024, instaurado pelo Consórcio CISVERDE, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso, ademais, sob a pena da lei, **DECLARA**:

1. Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
2. Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
4. Que cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;
5. Que proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
6. Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
7. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
8. Que não possuem, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
9. Que para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;
10. Que o Agente de Contratação poderá solicitar **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES** para a vencedora do item, com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do licitante. A solicitação de documentação deverá ser atendida em até 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Agente de contratação no sistema, sob pena de desclassificação da empresa naquele item, e ainda é faculta ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
11. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12. A apresentação desta declaração presume pleno conhecimento de todas as regras editalícias e implica na aceitação automática, integral e irrevogável dos termos desse edital, após este ato, o Consórcio não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.

Local ..., data ...

Assinatura, qualificação e carimbo - (Representante legal)

**Preferencialmente utilizar o timbrado da empresa**



## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005 /2024

CREDENCIAMENTO Nº. 001 /2024

INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2024

### ANEXO III – MODELO DE CARTA PROPOSTA

Empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], inscrito (a) no CPF/MF n.º [inserir número] e Identidade n.º. [Inserir número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], para participar do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2024, instaurado pelo Consórcio CISVERDE.

**OBSERVAÇÃO: Qualificação completa do sócio responsável pela assinatura do contrato “...” e identificação da Conta para pagamento ..., Agência nº ..., Banco nº...**

AO

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CISVERDE.

ITEM	QUANT.	CÓDIGO SUS	VLR. UNI.	VLR. TOT
“...”	“...”	Descrição conforme Termo de Referência e apuração após a homologação do processo licitatório.	R\$ “...”	R\$ “...”
R\$ “...”				

Validade da proposta 60 dias.

Declaramos, que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Carimbo CNPJ / MF -Assinatura e identificação do Representante Legal

**Preferencialmente em papel timbrado da Empresa**

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005 /2024**

**CREDENCIAMENTO Nº. 001 /2024**

**INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2024**

**VIGÊNCIA: "..." / "..." / 2024 À "..." / "..." / 2024**

**ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. "..." / 2024**

### TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO CISVERDE E A EMPRESA "..."

**CREDENCIANTE:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, com sede à **rua Antônio Thomé, nº 165, bairro Triângulo, Carangola/MG** - CEP: 36.803-020, neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. **Gilberto Damas de Sousa**, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo Conselho diretor do Consórcio.

**CREDENCIADA:** EMPRESA "..." , inscrita no CNPJ Nº. "..." , com sede endereço completo e CEP, neste ato representada por seu (ua) Administrador (a) o (a) Sr. (Sra.) "..." , profissão "..." , estado civil "..." , inscrito no CPF/MF n.º "..." , residente endereço completo "..." .

Os CREDENCIANTES têm entre si, justo e avençado, e celebra o presente instrumento, instruído pelo **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005/ 2024 - INEX. Nº. 001/ 2024**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA BASE LEGAL, VINCULAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

1. Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, no que couber a LC nº 123 de 14/07/00, e LC 147, de 07/08/14, subsidiariamente a IN nº 73/2022 do Governo Federal e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as condições mínimas estabelecidas neste edital e seus anexos.
2. Nos Termos da Lei nº. 8.080, de 19/09/1990, Lei Estadual nº. 18.036, de 12/01/2009, Lei nº. 11.107/05 DE 6/4/2005, Lei 14.133/2021, fazem parte deste contrato, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.
3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO - Art. 92, I e II da Lei nº. 14.133/2021

4. Edital de credenciamento eletrônico de Pessoas Jurídicas Prestadores de Serviços na Área da Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.
- g) Prestação de serviços em consultório próprio do Credenciado na cidade de **Muriaé/MG**, observados os termos elencados no Anexo I – Termo de Referência e demais anexos do Edital.
- h) Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.
- i) As empresas interessadas deverão estar situadas na cidade **de Muriaé/MG**, justificando esta limitação na dificuldade de transporte e locomoção dos usuários para outros municípios mais distantes, sendo certo que o

limite ora estipulado abrangendo uma territorialidade que permite a participação de inúmeras interessadas, facilitando o deslocamento dos pacientes dos municípios consorciados.

## Subcláusula Primeira. QUADRO SINÓPTICO

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO	VLR. UNI.	VLR. TOT
“...”	“...”	Descrição conforme Termo de Referência e apuração após a homologação do processo licitatório.	R\$ “...”	R\$ “...”
R\$ “...”				

## CLÁUSULA QUARTA - METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Art. 92, inciso IV, VII e XVIII, da L. ne. 14.133/2021

- A prestação de serviços objeto deste instrumento será nos termos estabelecidos neste instrumento contratual, concomitante com o Termo de Referência, Edital e demais anexo.
- Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro de conceitos de ética profissional e dos padrões e normas relativas à especialidade, procedimento ou serviço para qual está sendo credenciado.
- Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro das normas operacionais instituídas e demais normativos do Consórcio, incluindo a possibilidade de implantação de inovações tecnológicas que venham a facilitar o processo, o controle do atendimento aos beneficiários do Sistema e a cobrança dos serviços prestados, tal como conectividade via internet, biometria e outros.
- Para atendimento das requisições e solicitações das secretarias municipais de saúde consorciadas, será nas dependências da empresa **CREDENCIADA**, que deverá estar estabelecida no perímetro urbano da cidade de Muriaé, em horário comercial, no mínimo por 08 (oito) horas diárias e 05 (cinco) dias por semana, ou em conformidade à demanda apresentada pelo **CISVERDE**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.
- O atendimento ao público nas instalações da **CREDENCIADA** sede ou filial, será devidamente encaminhada pelo **CISVERDE** considerando o valor máximo estipulado no Termo de Referência, combinado com a Carta-Proposta apresentada, em dia e horário indicado previamente pelo profissional, sendo de responsabilidade da **CREDENCIADA** todo o material necessário à execução dos serviços credenciados, devendo a **CREDENCIADA** EXIGIR dos **BENEFICIÁRIOS** a apresentação da Guia de Encaminhamento do **CISVERDE**.
- Na falta do encaminhamento, a consulta somente poderá ser realizada através de outro prévio consentimento formal do **CISVERDE**.
- O aceite da guia se dará quando a mesma não estiver com rasuras bem como entrelinhas.
- A demanda dos procedimentos será distribuída entre os **CREDENCIADOS**, conforme solicitações das secretarias de saúde dos municípios consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.
- O procedimento será distribuído entre os **CREDENCIADOS**, observado o direito de escolha do paciente.
- Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou

serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências: Dedução de crédito da **CREDENCIADA**, Execução da garantia prestada e Media judicial apropriada.

15. A coleta, a realização dos exames e serviços e a distribuição dos resultados serão de responsabilidade da **CREDENCIADA**, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos.
16. A **CREDENCIADA** deverá atender os pacientes encaminhados pelo **CREDENCIANTE**, oferecendo-lhes atendimentos de contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços exames de imagem para atendimento da população dos municípios consorciados, conforme anexo constante do edital e do presente Instrumento;
17. Os atendimentos deverão ser realizados mediante apresentação da Guia de Encaminhamento do **CREDENCIANTE**, expedida individualmente pelos Secretários Municipais de Saúde do Município Consorciado, juntamente com o pedido médico.
18. A **CREDENCIADA** reconhece por este instrumento que é responsável pelos danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer o **CREDENCIANTE**, coisa, propriedade ou terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do **CREDENCIAMENTO**, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento exercidos pelo **CREDENCIANTE**.

## CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

19. O prazo de prestação de serviços será em 2 (dois) dias pós o recebimento da Autorização de Prestação de serviços, nos termos estabelecidos em edital e seus anexos, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.
20. São atribuições a serem cumpridas pelo Credenciado:
  - a) Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro de conceitos de ética profissional e dos padrões e normas relativas à especialidade, procedimento ou serviço para qual está sendo credenciado.
  - b) Prestar atendimento aos usuários do **CISVERDE**, dentro das normas operacionais instituídas e demais normativos do Consórcio, incluindo a possibilidade de implantação de inovações tecnológicas que venham a facilitar o processo, o controle do atendimento aos beneficiários do Sistema e a cobrança dos serviços prestados, tal como conectividade via internet, biometria e outros.
  - c) Quanto ao atendimento a usuários do **CISVERDE** nas clínicas, hospitais e consultórios, deverá atender em ambiente físico adequado à prestação dos serviços, nos aspectos de iluminação, nível de privacidade, vedação acústica, limpeza e ordem, e espaço apropriado para o atendimento proposto em consonância com a linha de qualidade adotada e exigida pelo Consórcio.
  - d) A demanda dos procedimentos será distribuída entre os **CREDENCIADOS**, conforme solicitações das secretarias de saúde dos municípios consorciados com agendamento prévio, observado o número máximo de atendimentos previsto pelo profissional.
  - e) Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou

serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências: Dedução de crédito da **CREDENCIADA**, Execução da garantia prestada e Media judicial apropriada.

21. Em caso de prorrogação deverá ser fundamentada e aceita a justificativa pela administração, sendo possível a prorrogação em casos excepcionais por igual período.
22. A **CREDENCIADA** deverá atender os pacientes encaminhados pelo **CREDENCIANTE**, oferecendo-lhes atendimentos de contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços exames de imagem para atendimento da população dos municípios consorciados, conforme anexo constante do edital e do presente Instrumento;
23. Os serviços especificados nos anexos deverão ser executados preferencialmente pelo credenciado em sede própria do **CREDENCIADO**. A eventual mudança de endereço do prestador de serviços, ou outras alterações a qualquer título, deverão ser imediatamente comunicadas ao **CREDENCIANTE**, que analisará a conveniência de manter os serviços credenciados, podendo para isso rever as condições do Termo de Credenciamento e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.
24. Os atendimentos deverão ser realizados mediante apresentação da Guia de Encaminhamento do **CREDENCIANTE**, expedida individualmente pelos Secretários Municipais de Saúde do Município Consorciado, juntamente com o pedido médico.
25. A **CREDENCIADA** reconhece por este instrumento que é responsável pelos danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer o **CREDENCIANTE**, coisa, propriedade ou terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do **CREDENCIAMENTO**, sejam eles causados por si, seus prepostos ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizada a permanecer no local do fornecimento; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento exercidos pelo **CREDENCIANTE**.
26. O atendimento ao público nas instalações da **CREDENCIADA** sede ou filial, será devidamente encaminhada pelo **CISVERDE** considerando o valor máximo estipulado na Tabela de Procedimentos **ANEXO IV** deste edital, combinado com a Carta-Proposta apresentada, em dia e horário indicado previamente pelo profissional, sendo de responsabilidade da **CREDENCIADA** todo o material necessário à execução dos serviços credenciados, devendo a **CREDENCIADA** **EXIGIR** dos **BENEFICIÁRIOS** a apresentação da Guia de Encaminhamento do **CISVERDE**.
27. Na falta do encaminhamento, a consulta somente poderá ser realizada através de outro prévio consentimento formal do **CISVERDE**.
28. O aceite da guia se dará quando a mesma não estiver com rasuras bem como entrelinhas.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

(Art. 140, 114 e 6º, inciso XXII, ambos da L.N. 14.133/2021)

29. O recebimento deste objeto, ou a confirmação da execução deste, será acompanhado pela fiscalização da Servidora Klezilene da Silva Turbano Moura, concomitante com o setor de contratos e contratos do Consórcio, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021, que verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinente caso necessário, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto nº. 11.246/2022, e as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

30. A fiscalização do contrato será investida de plenos poderes para registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada a **CREDENCIADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades que vierem a serem apontadas. A rejeição no todo ou parte do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo fixado.

## CLAÚSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

31. A saúde é um direito fundamental de todos e deve ser assegurada por todos os Entes da Federação, devendo ser viabilizado o seu acesso pelo Município através dos meios legais existentes. Este Consórcio tem por meta dar tratamento prioritário a saúde a fim de proporcionar um atendimento digno ao cidadão e o presente certame justifica-se pela necessidade dos Municípios consorciados ao **CISVERDE** garantirem atendimento aos seus munícipes. Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana.
32. Em razão do dever de garantir os serviços de saúde, os Municípios devem buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução que vá ao encontro do interesse público. Nesta linha, verificando os prejuízos que podem ocorrer para os indispensáveis serviços de saúde, os municípios consorciados, demonstram a necessidade de contratação dos referidos serviços através do **CONSÓRCIO**.
33. Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas pelo **CREDENCIANTE**, nos termos deste instrumento, deverão ser pagos pela **CREDENCIADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CREDENCIANTE**, mediante a adoção das seguintes providências: a) Dedução de crédito da **CREDENCIADA**; b) Execução da garantia prestada; c) Medida judicial apropriada.

## CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

(Art. 105, da Lei nº. 14.133/2021)

34. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no limite de 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 105, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo aditivo.
35. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
36. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.
37. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.



## CLAÚSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

**Art. 92, X, XI e XIV, da Lei nº 14.133/2021**

38. O Regime desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, constituindo obrigações do contratante, além da constante do art. 115, da Lei 14.133/2021, as especificadas neste Edital e seus anexos.
39. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos, oferecendo todas as condições e informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa realizar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência edital e anexos;
40. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
41. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

**(Art. 92, incisos, X, XI, XIV, XVI e XVII, art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, todos da Lei nº 14.133/2021)**

42. Fornecer o (s) objeto (s) listado em estrita conformidade **com as determinações descritas no termo de referência, proposta comercial, edital e demais anexos**, assumindo inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou indiretamente, ao contratante ou a terceiros, respondendo por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham a ser causados ao **CREDENCIANTE** ou a terceiros, durante fornecimento do objeto, inclusive pelos atos praticados pelo seu funcionário, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do Consórcio.
43. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e manter durante o período de vigência do contrato/serviço, **E-MAIL INSTITUCIONAL**, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CREDENCIANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
44. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
45. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).
46. A **CREDENCIANTE** cabe assumir a responsabilidade por: em relação aos seus funcionários, que não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CISVERDE**, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

47. Observar todas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus anexos especialmente a cláusula sétima da Minuta do Termo de Credenciamento.

## CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

48. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14/08/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
49. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
50. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILIBRÍO ECONÔMICO -FINANCEIRO (Art. 92, V, da Lei nº. 14.133/2021)

51. Via de regra os preços serão fixos e irreajustáveis até o **interregno de 1 (um ano)**, estando a data-base vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado a licitante vencedora.
52. Mediante expresso pedido da **CREDENCIADA** os valores contratados poderão ser reajustados pelo IGP - DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – menos 1 (um) mês), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, observados os valores de mercado, desde que decorrido interregno de um ano da data do Termo de Consolidação do Contrato Administrativo.
53. **SOB PENA DE PRECLUSÃO, O DIREITO AO REAJUSTE DEVERÁ SER PLEITEADO PELA CONTRATADA ANTES:** I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente; II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual e III - do encerramento do contrato.
54. O prazo previsto neste instrumento somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da **CREDENCIADA**, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO (CASO EXCEPCIONAL)

55. Será **admitida a repactuação de preços**, com vistas à adequação ao preço de mercado desde que: i) seja observado o **interregno mínimo de um ano** das datas dos orçamentos para os quais a proposta referir; e ii) seja **demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada**, nos termos do art. 25, §7º, e arts. 107 e 131, parágrafo único, ambos da Lei nº 14.133/2021.
56. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de

comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão;

57. Em hipótese excepcional junto ao pedido de reequilíbrio deverá ser apresentada ao contratante, **DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA E COMPROVAÇÃO**, pela **CREDENCIADA**, da variação dos preços dos itens da planilha de custos do contrato.
58. Quando o pedido de repactuação fundar-se no aumento dos custos com mão de obra, a **CREDENCIADA** deverá anexar ao seu requerimento à cópia do acordo coletivo e/ou convenção coletiva de trabalho (ou documento equivalente) que comprove o efetivo aumento de sua despesa com pessoal.
59. Por fim, o TCU, inclusive já se manifestou a este respeito: “**NOTAS FISCAIS DE FORNECEDORES DA CONTRATADA SÃO INSUFICIENTES**, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.” *Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes:*
60. Como critério de reajuste, a empresa deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data da apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.
61. As repactuações a que o contrato fizer *jus* e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
62. A **AUTORIDADE COMPETENTE**, poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº. 14.133/2021)

63. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento da prestação de serviços será proveniente da (s) dotação (ões) orçamentária (s) do **CISVERDE**, abaixo exposta (s):

CÓDIGO DE DESPESA	FICHA	FONTE	RESUMO DA ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2002.33.90.39.00	36	1.659.000	Outros Serv. Terc. P. J.
01.02.10.302.0075.2002.33.90.39.00	226	1.659.000	Outros Serv. Terc. P. J.
01.02.10.302.0075.2004.33.90.39.00	56	1.659.000	Outros Serv. Terc. P. J.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, art. 92, inciso V e VI e artigo 141, da Lei nº. 14.133/2021)

64. O pagamento será efetuado, mensalmente, considerando apenas aqueles serviços efetivamente prestados e realizados em benefício da população dos municípios consorciados, em respeito as normas da Lei nº. 4.320 de 17 março de 1964 e de acordo com os valores estipulados neste Edital e seus anexos.

65. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente.
66. Os honorários e valores dos exames serão remunerados até o limite do preço constante do Termo de Referência, fixos e irrevogáveis.
67. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CREDENCIADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CREDENCIADA**, todas as condições pactuadas. A mesma deverá vir acompanhada das respectivas requisições, devidamente rubricadas ou vistadas pelo requisitante responsável e assinadas pelo paciente para atestar a realização da prestação de serviços, tendo **CREDENCIANTE**, o prazo de 10 (Dez) dias, para a sua conferência, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal nº. 8.666/93.
68. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CREDENCIADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao **CREDENCIANTE**.
69. Somente após o cumprimento da cláusula anterior será autorizado o pagamento a **CREDENCIADA**, no 21º (vigésimo primeiro) dia de cada mês, mediante apresentação até o 30º (trigésimo) dia do mês anterior de Nota Fiscal, com a correta descrição dos serviços realizados, acompanhados das respectivas Guias de Encaminhamento do **CISVERDE**, para conferência.
70. Caso a Nota Fiscal acompanhada dos documentos necessários não seja encaminhada ao **CISVERDE** até o 30º (trigésimo) dia do mês, o pagamento correspondente poderá sofrer retardamento proporcional, decorrente do atraso no processamento do faturamento.
71. Na eventualidade da aplicação da multa prevista em edital, esta deverá ser liquidada simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
72. Caso a multa não seja recolhida, conforme previsto na cláusula anterior, esta será descontada do pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
73. No caso de irregularidade na emissão dos documentos por parte da **CREDENCIADA**, tal como nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir de sua apresentação, desde que devidamente regularizada.
74. A Nota Fiscal deverá ser protocolada na Secretaria do **CREDENCIANTE**, considerando os descontos previstos na legislação em vigor.
75. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CREDENCIADA**.
76. O **CREDENCIANTE** poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CREDENCIADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que **CREDENCIADA** atenda à cláusula infringida.
  - b) A **CREDENCIADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do **CREDENCIANTE**.
  - c) Débito da **CREDENCIADA** para com o **CREDENCIANTE** quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros Credenciamentos.
  - d) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
77. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CISVERDE**, os valores devidos poderão ser acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CREDENCIADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.
78. O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o e-mail: [cisverde.contratos@yahoo.com](mailto:cisverde.contratos@yahoo.com) e/ou [contabilidadecisverde@yahoo.com.br](mailto:contabilidadecisverde@yahoo.com.br).

## **Subcláusula primeira. DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A NOTA FISCAL PARA PAGAMENTO REGULARIDA FISCAL E TRABALHISTA**

79. Deverá ser apresentada mensalmente concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:
- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - b) Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme Portarias MF 358 e 443/2014, incluindo a negativa previdenciária (Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, conjugada com a CNDF);
  - c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente;
  - d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
  - e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
  - f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.



**Subcláusula segunda. DOS VALORES A SEREM PAGOS À CONTRATADA, SERÃO ABATIDOS, NA FONTE, OS TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NA FORMA DA LEI.**

80. Caso a **CREDENCIADA** goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.
81. Poderá o **CREDENCIANTE**, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.
82. A **CREDENCIADA** poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.
83. Caso a **CREDENCIADA** não apresente a impugnação, ou caso o **CREDENCIANTE** não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.
84. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.
85. Será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas condições determinadas no § 1º, inciso I e seguintes, §§ 2º e 3º, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei Nº. 14.133/2021.
86. O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o e-mail: [cisverde.contratos@yahoo.com](mailto:cisverde.contratos@yahoo.com) e/ou [contabilidadecisverde@yahoo.com.br](mailto:contabilidadecisverde@yahoo.com.br).

**Subcláusula terceira – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS MENSALMENTE**

(Arts. 68, da Lei nº. 14.133/2021)

87. Relação de documentos referentes a regularidade Fiscal e Trabalhista que devem mensalmente serem apresentados conjuntamente com a nota fiscal para análise do fiscal do contrato, liquidação e liberação dos pagamentos: **a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Pública Federal - CRFPE; b) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Pública Municipal - CRFPM; c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Pública Estadual - CRFPE; d) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRFGTS; e) Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho<sup>7</sup> - CRJT.**

**Subcláusula quarta – DOS VALORES A SEREM PAGOS À CONTRATADA, SERÃO ABATIDOS, NA FONTE.**

88. Caso a **CREDENCIADA** goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

<sup>7</sup> Podendo ser retirada no site TST.



89. Poderá o **CREDENCIANTE**, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.
90. A **CREDENCIADA** poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.
91. Caso a **CREDENCIADA** não apresente a impugnação, ou caso o **CREDENCIANTE** não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** (Art. 155, da Lei nº. 14.133/2021)

92. Compete **INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA**, nos termos da lei, o contratante que, com dolo ou culpa:
93. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
94. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
95. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 2013.
96. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155, e seguintes da Lei N.º 14.133/2021: Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
97. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei N.º 14.133/2021.
98. A apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
99. A **CREDENCIADA** ficará sujeita **pela inexecução total ou parcial das condições estipuladas neste Edital, assim como seus demais anexos, às penalidades de ADVERTÊNCIA**, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, **MULTA COMPENSATÓRIA/MORATÓRIA, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, com base no art. 156, § 4º e seguintes, da Lei nº. 14.133/2021 **EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**, nos termos, arts. 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021, observada as pactuações do contrato administrativo - sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.
100. A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, assim como das cláusulas contratuais (minuta do Contrato anexo IV deste edital) e observado o regular processo administrativo, assegurado o

contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às sanções administrativas, nos termos da lei nº. 14.133/2021.

101. **DA (S) NULIDADE (S) DO (S) CONTRATO (S)**, é passível de nulidade contratual, a ocorrência descrita no arts. 147,148,149 e 150, todos da Lei Nº. 14.133/2021.
102. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Consórcio.

## **Subcláusula primeira. DAS PENALIDADES** (Art. 156, da Lei nº. 14.133/2021)

103. A contratada, em caso de descumprimento às regras do edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:
- a) **ADVERTÊNCIA** - A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a **CONTRATADA** der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
  - b) **MULTA COMPENSATÓRIA/MORATÓRIA**: I - 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Seção XIII (Doc. de Habilitação); II - 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso de não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21; III - 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.
  - c) O valor referente à multa poderá, ser recolhido ao Consórcio, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
  - d) O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.
  - e) É admitida a reabilitação **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial: Reparação integral do dano causado à Administração Pública, pagamento da multa, transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

## **Subcláusula segunda – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** (Art. 156, § 4º e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021)

104. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

105. Deixar de entregar documentação exigida para o certame: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 2 (dois) meses;**
106. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 4 (quatro) meses;**
107. Não assinar o contrato ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 4 (quatro) meses;**
108. Fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 36 (trinta e seis) meses;**
109. A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **Subcláusula terceira - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

110. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:
111. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;**
112. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;**
113. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.**
114. É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente: Reparação integral do dano causado à Administração Pública; Pagamento da multa, se houver; Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver e Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.
115. A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
116. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do CJF decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.
117. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

118. Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.
119. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
120. Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).
121. As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta de contrato, anexa a este edital
122. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem alisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA (S) NULIDADE (S) DO (S) CONTRATO (S)

123. É passível de nulidade contratual, a ocorrência descrita no arts. 147,148,149 e 150, todos da Lei Nº. 14.133/2021. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja passível o saneamento poderá ser anulado o contrato administrativo.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO E RECISÃO DO CONTRATO

(Arts. 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021)

124. Constituirão motivos para extinção do Termo de Credenciamento, a qual deverá ser **formalmente motivada** nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as condições expostas no inciso I e seguintes do artigo 13 e artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº. 14.133 de 01/04/2021.
125. Quando a extinção decorrer de **culpa exclusiva da Administração**, a contratada será ressarcida o pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a: **a) Devolução da garantia; b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção e Pagamento do custo da desmobilização.**
126. O **Termo de Credenciamento poderá ser extinto antes do prazo nele fixado**, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. **A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato**, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
127. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

128. O contrato poderá ser extinto ou reincidido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, observado o disposto nos artigos 137, 138 e 139, todos da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
129. Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).
130. Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010).
131. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
132. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

133. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

134. Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

135. Para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do Contrato Administrativo oriundos deste Processo licitatório, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carangola/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Local "..." Data "..."

\_\_\_\_\_  
**Gilberto Damas de Sousa - Presidente**  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE

\_\_\_\_\_  
**Empresa "..."**  
CNPJ/MF nº. "..."